	CCP MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNP.: 09.597.890/0001-35 - Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600, 14º andar, CEP: 04538-132 - São Paulo - SP - Telefone (11) 3018-7600 Relatório da Administração							
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 202	nhia submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício le de 2020 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)	social findo em 31/12/2021. Demonstrações do resultado para os exercícios findos em	Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em					
ATIVO Notas 31/12/2021 31/12/2020 Circulante Caixa e equivalentes de caixa 4 12.855 5.118	PASSIVO Notes 31/12/2021 31/12/2020 Circulante Debőntures 9 13.992 13.730	31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$) Notas 31/12/2021 31/12/2020 Receita Líquida 14 40.655 34.079	31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$) 31/12/2021 31/12/20 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Contas a receber 5 13.303 7.607 Adiantamento a fornecedores 421 421	Fornecedores 99 87 Impostos e contribuições a recolher 10 1.611 1.254	Custos 15 (10.990) (12.751) Lucro Bruto 29.666 21.328	Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social Ajustes para conciliar o resultado do caixa líquido					
Demais contas a receber 6 2.151 454 Total do ativo circulante 28.730 13.600 Mão Circulante 20.730 13.600	Débitos com parceiros nos empreendimentos 340 340 Receita res-sperata a Apropriar (cessão de direito de uso) 374 470	Receitas (Despesas) Operacionais	gerado (aplicado) nas atividades operacionais: Depreciação das propriedades para investimento 6.625 6.6					
Não Circulante 5 5.749 4.962 Contas a receber 5 5.749 4.962 Impostos a compensar 13 9	Dividendos a pagar 9.661 5.802 Total do passivo circulante 26.077 21.683 Não Circulante 20.072 20.072	Gerais e administrativas 15 (553) (721) Equivalência patrimonial 7 51 74 Outras receitas (despesas) operacionais 17 2.049 (5.220)	Equivalência patrimonial (51) Juros e variações monetárias sobre debêntures 4.772 4.0 Amortização de comissões sobre debêntures 148					
Impostors a compensar 15 15 15 15 15 15 15 1	Debêntures 9 68.028 81.629	(134) (7.560)	Amortização de comissões sobre debentures 146 Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa (2.049) 5.0 Provisão para contingências 62					
Investimentos	Receita res-sperata a Apropriar (cessão de direito de uso) 421 700 Provisão para contingências 12 62 -	Receitas financeiras 16 577 816 Despesas financeiras 16 (4.991) (4.264)	Decréscimo (acréscimo) em ativos Contas a receber (4.434) (9.7					
Total do ativo não circulante 396.328 403.444	Patrimônio líquido	Resultado financeiro (4.414) (3.448) Lucro antes do Imposto de Renda e	Impostos e contribuições a compensar (4) Demais contas a receber (364) 7					
	Capital social	da Contribuição Social 25.118 10.320	(Decréscimo) acréscimo em passivos Fornecedores 12 Impostos e contribuições a recolher (3.946) 3					
	Reserva de Lucros 13 46.293 33.717 Total do patrimônio líquido 330.335 312.833	(4.660) (3.959) Lucro Líquido do Exercício (20.458 6.361	Receita res-sperata a Apropriar (cessão de direito de uso) (353) (5 Demais contas a pagar					
Total do Ativo 425.058 417.044 As notas explicativas são parte intr	Total do Passivo e Patrimônio Líquido 425.058 417.044 ogrante das demonstrações financeiras.	Lucro básico por mil ações - R\$ 19 0,074 0,023 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	Dividendos a pagar 3.859 (3.000) Juros pagos (4.509) (4.509)					
Adiantame	ios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$) ento para futuro	Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais - R\$)	Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos (4.303) (4.0 Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado					
Saldos em 31 de Dezembro de 2019 273.229 Lucro do exercício	ento de capital Reserva Legal Retenção de lucros Lucros Acumulados Total 308.082 32.115 308.082 6.361 6.361 6.361	Lucro Líquido do Exercício 31/12/2020 31/12/2020 Resultado Abrangente Total do Exercício 20.458 6.361	nas) Atividades Operacionais Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Reserva de lucros - Dividendos mínimos obrigatórios -	6.361 6.361 - 318 - (318) (1.511) (1.511	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Indicadores Média Ponderada 2021 Média Ponderada 2020	Adiantamento para futuro aumento de capital 3.903 2.8 Pagamento de empréstimo (principal) (13.749) (13.749)					
Dividendos adicionais - Retenção de lucros -	(2.930) - (2.930) 2.831 - 4.532 (4.532) 2.831	Indianal	Dividendos pagos (3.000) (3.5 Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamentos (12.846) (14.4					
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 273.229 Lucro do exercício 13	2.831 3.056 33.717 - 312.833 20.458 20.458 20.458	Desconto médio sobre aluguel 5,4% 6,7% Vacância Financeira 1,8% 3,9%	Aumento (Diminuição) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa 7.737 (5.5) Caixa e equivalentes de caixa					
Reserva de lucros 13 - Dividendos mínimos obrigatórios 13 - Dividendos adicionais 13 -	- 1.023 - (1.023) - (4.859) (2.000) - (2.000)	Taxa de Adm./Receita 2,0% 2,0% Taxa de desconto 8,5% 6,5%	No início do exercício 5.118 11.0 No final do exercício 12.855 5.1					
Retenção de lucros 13 - Integralização de capital social 13 2.831	- (2.000) (2.000) - 14.576 (14.576)	Utilizou-se como premissa para o Tietê Plaza Shopping a taxa de desconto real. Esta propriedade para investimento está dada em garantia para as debêntures da Companhia, conforme divulgado	Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa 7.737 (5.5 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Adiantamento para futuro aumento de capital 13 Saldos em 31 de Dezembro de 2021 276.060	3.903 3.903 3.903 4.079 46.293 - 330.335	na nota explicativa nº 9. 9. Debêntures Data da contratação Encaruos Ref 31/12/2021 31/12/2020	18. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda (25%) e a contribuição so sobre o lucro (9%) são calculados de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fi					
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expre-	grante das demonstrações financeiras. ssos em milhares de Reais (R\$), exceto quando mencionado de outra forma)	Debêntures Data da contratação Encargos Ref. 31/12/2021 31/12/2020 Debêntures - 1ª emissão 15/12/2019 CDI (a) 82.020 95.359 Total 82.020 95.359	vigente. Conforme facultado pela legislação fiscal, a Companhia optou pela sistemática de li presumido. 31/12/2021 31/12/2021					
Informações gerais: A CCP Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de Maio de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo sua sede localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 360 de 2008, tendo se 2008, t	Novas requerimentos atualmente em vigor	Passivo circulante 13.992 13.730 Passivo não circulante 68.028 81.629						
- 14º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia possui como atividade preponderante o desenvolvimento e locação do Tietê Plaza Shopping. A Cyrela Commercial Proper Line S A Expressed Manada de Patrialação da Companhia compandia pala estada dos possoãos.	Data eftiva Novas normas ou alterações	(a) Em 12 de dezembro de 2019, os acionistas da CCP Marfim aprovaram em assembleia geral ex- traordinária a realização da 1º emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em	Descontos concedidos 17.795 17.795 13.797 13.79					
ties S.A. Empreendimentos e Participações é a Companhia responsável pela gestão das operaçõe da Companhia, assumindo determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizad: para a sua qestão.		ações, de espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adi- cional fidejussória, em série única, sendo 110.000 debêntures com valor nominal de R\$1, sendo o	Subtotal 13.654 13.654 11.527 11. Receitas Financeiras 123 123 188 188					
¿ Principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às nor mas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contá	1º de janeiro de 2021 Reforma da taxa de juros de referência - Fase	valor total da emissão de R\$ 110.000. As debêntures rendem juros equivalentes a 100% da varia- ção acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de 1,13% ao ano (base 252 dias úteis)	Percentual lucro presumido 100% 100% 100 100 Subtotal 123 123 188 1					
mas do CPU; As demonstrações mianceiras toram preparadas, de acordo com as praticas coma beis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades po Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.538/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamen	11 e CPC 06)	e o vencimento é em 15/12/2027. O valor do principal e juros serão pagos mensalmente a partir de janeiro de 2020. A operação está adimplemente de todas as obrigações previstas na escritura do emissão. O saldo desta hobábtures em 31 de dezembro de 2012 6 de RS 2010/13/14 de dezembro.	Percentual IRPJ e CSLL 15% 9% 15% 5 Expectativa de Imposto de					
raçues - Letin 0.4047/16 alieladas piela Letin 1.1050/07 e piela 1111.1941/03 e los pioliulicialient tos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), delibera dos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das informações do exercício da Com	A Companhia avaliou e nao identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021.	bro de 2020 é de R\$ 95.359). A movimentação das debêntures para o período findo em 31 de de-	renda e contribuição social 2.067 1.240 1.727 1.0 Limite adicional 240 - 240					
uos pero consenio recierá de contaminado (cro.). Admissad das informações de exercicio da com panhia foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022. Todas as informações relevan tes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e corres	 Futuros requerimentos: A tabeia abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que de verão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entida 	<u>Descrição</u>	10% Adicional de Imposto de Renda 1.354 - 1.147 Imposto de renda e contribuição					
tes propries das derindistrações infanceiras, e somente eras, sexad sendo evende encladada, e contes pondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Base de elaboração : As de monstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de ou	des que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais ini	Salde em 31/12/2020 95.359 Pagamento de juros (13.749) Pagamento de juros (4.509)	social debitadas no resultado Total imposto de renda e contribuição social 4.660 3.959 3.959 4.600 6.6					
tra forma. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em mi lhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Conforme previsto pelo item 4 do Pronun	Data eftiva Novas normas ou alterações	Tagainento de juros	19. Resultado por ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do cro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela estada média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia pão nosqui por desenda poderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia pão nosqui por actual poderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia pão nosqui por actual poderada de a					
ciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Companhia optou por não apre sentar demonstrações consolidadas, pois sua controladora final, Cyrela Comercial Properties S.A	1º de abril de 2UZ1 Beneficios relacionados à CUVID-19 concedi- dos para arrendatários em contratos de arren- damento anós 30 de junho de 2021 (alteracão	Saldo em 31/12/2021 O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição,	dade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui po ciais fatores diluidores do lucro, portanto o lucro diluido é equivalente ao lucro básico. Pescrição 31/12/2021 31/12/20					
Empreendimentos e Participações, apresenta demonstrações financeiras consolidadas por reque rimentos legais na mesma data base dessas demonstrações financeiras. Moeda funcional e d	annento apos su de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)	por ano de vencimento: Ano Valores	Descrição 31/12/202 31/12/202 Resultado líquido do exercício 20.458 65. Quantidade de ações 276.080.142 273.228.					
apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações financeiras são apresenta das em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Principais práticas contábeis	1º de janeiro de 2022 Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)	2023 13.606 2024 13.606	Uuantidade de açoes 27.6.0b.1.42 27.3.228 Lucro básico por ação - R\$ 0,074 0,6 20. Instrumentos financeiros: Estrutura de Gerenciamento de risco: A administração					
2.3.1. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige qui a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de política	Impobilizado - Receitas antes do uso pretendi- do (alterações ao CPC 27) Referênciais à estrutura conseitual (alterações	2025 13.606 2026 13.606	20. Instrumentos manceiros: Estrutura de defenciamento de risco: A administração. Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabeleci					
contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diver gir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisõe	referenciais a estrutura conceitual (atterações ao CPC 15)	2027 13.606 Saldo em 31/12/2020 Saldo em 31/12/2020 Saldo em 31/12/2020	gerentalmento de misco da Companina. As pointeas de gelentalmento de insco sad estaderes para identificar e analisar or siscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de cos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e aderência dos limites denifidos. a. 1					
das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissa e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuam um risco significativo de resultar em um	não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC	Garantias: As debêntures contam com Alienação Fiduciária de Imóvel e Cessão Fiduciária do Direitos Creditórios, em garantia do pontual, além da integral adimplemento de todas as obrigações previstas na 1º Escritura de Emissão, nos termos dos respectivos Contratos de Garantias.	cos de crédito: Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a conc trações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e bancos, aplicações financeira					
alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: a. Vid a útil das propriedades para investimentos: As estimativas de nossos ativos mantidos em pro	Divulgação de Políticas Contabeis (alterações	previstas na 1º Escritura de Emissao, nos termos dos respectivos Contratos de Garantias. A operação está adimplemente de todas as obrigações previstas na escritura de emissão. 10. Impostos e contribuições a recolher	contas a receber. A Companhia mantêm contas-correntes bancárias com instituições aprova pela Administração com o objetivo de diversificação de risco. As operações da Companhia c					
priedades para investimentos, são baseados em laudos técnicos, onde, estão fundamentadas a vida útil do bem. b. Provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas: As estima tiando trabalhistas: As estima	Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23)	Descrição 31/12/2021 31/12/2020 IRRF 5 4	preendem a administração de locações de imóveis de renda em shopping center, estando to eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, est					
tivas de provável, possível e remota, são avaliadas de acordo como o andamento dos processos que estão sujeitos a interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avalia ção inicial dos advogados. c. Perdas relacionadas a contas a receber: Adotamos como poli	vos decorrentes de uma única transação (alte-	IRPJ 1.052 820 CSLL 381 298	do substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A Companhia adota proc mentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas inadimplência. Como política de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Companhia c					
tica a provisão para perda quando identificada uma incerteza significativa, usualmente parcela vencidas acima de 360 dias e um percentual de perda esperada sobre o saldo remanescente de	4. Caixa e equivalentes de caixa: Referem-se a caixa, saldos bancários e aplicações financei		sidera as parcelas vencidas acima de 360 días. Esse critério foi definido após análise detalhada histórico de comportamento do contas a receber dos clientes, no qual foram avaliados as per					
contas a receber. A Companhia faz análise do contas a receber em conjunto com a análise do ce nário macroeconômico para definir percentual utilizado para o cálculo da perda esperada do con		11. Impostos e contribuições diferidos: A Companhia possui os seguintes impostos e contri-	efetivas de acordo com o aging do contas a receber nos últimos 5 anos. A partir de 2018 tamb adotamos um critério para determinar o percentual de perda esperada sobre o saldo remanesc					
tas a receber. <i>d. Instrumentos financeiros</i> : Nossos instrumentos financeiros estão sujeitos prin cipalmente a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a qual, é influência	imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O saldo de caixa e equivalen		te do contas a receber. Esse percentual também foi definido através da análise do comportam to do contas a receber dos clientes associado a análise das projeções de indicadores econômic					
da pela taxa de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, regulamentada pelo Banco Central di Brasil. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resul	31/12/2021 31/12/2020 31/12/2020 31/12/2020	PIS 6 9	relacionados ao nosso segmento de mercado. b. Riscos de liquidaz: O risco de liquidaz con te na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus o promissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os					
tado, são acrescidos de custos de transação diretamente atribuíveis, veja a classificação de cadi instrumento na nota nº 20. e. Divulgação do valor justo das propriedades para investimen to: Utilizamos como método renda de fluxo de caixa para definir o valor justo da propriedade par	Aplicações financeiras 12.852 3.114	CSLL 27 39	cos de líquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora manentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado de modo a					
investimento, detalhado na nota explicativa nº 8. f. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos s	5. Contas a receber: Representado por: <u>Descrição</u> 31/12/2021 31/12/2020	Total 135 199 12. Contingências: Os processos julgados com probabilidade de perda provável pelos nossos advandos compro a mostante de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos información de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de PS 62 on 31 de decembro de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro advandos compro a mostante de 2021 (PS 0. pp. 2020). Os processos advandos compro advandos c	rantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, jam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco d					
passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são clas	Locações 14.306 12.495 Descontos a apropriar (b) 10.253 7.630	vogados somam o montante de R\$ 62 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0 - em 2020). Os processos julgados com probabilidade de perda possível pelos nossos advogados somam o montante de R\$ 1.679 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.231 em 31 de dezembro de 2020). Abaixo segregação dos	quidez para a Companhia. Exercício findo em 31					
sificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas na técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercado	Provisão créditos liquidação duvidosa (a) (5.507) (7.556	saldos por natureza:	de dezembro de 2021 Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 5 anos To Debêntures 13.267 41.247 27.506 82.0					
ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (deri	_ Circulante 13.103 7.607	Cível 62 - Total 62 -	Fornecedores 99 - 27.506 82.1 Exercício findo em 31					
vado de preços). • Nivel 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados ob serváveis de mercado (inputs não observáveis). 2.32. Apuração e apropriação do resultad de locação de imúveis: (a) As receitas de locação de shonning centers são reconhecidas de	(a) Para o contas a receber referente ao Tietê Plaza Shopping, a Companhia adota a perda espera	Possíveis 31/12/2021 31/12/2020 Trabalhista 188 367 Civol 1,401 1,962	Exercicio inno em 31 de dezembro de 2020 Menos de 1 ano 1 a 3 anos 4 a 5 anos To Debêntures 13.730 41.247 40.382 95.3					
de Incação de imóveis: (a) As receitas de locação de shopping centers são reconhecidas di acordo com o regime de competência. Compondo as receitas temos a linearização das mesmas, qual seguimos o CPC 6 - Arrendamentos[R2] para registros das receitas de aluguel e contas a re	rios com saldos vencidos acima de 360 dias são provisionados em sua totalidade (100%), ou seja	Total 1.679 2.231	Fornecedores 87					
qual segurinos o CFC o FAITERIDAMENTOS para legistros das receitas de aruguer e Contas a te ceber. Com base neste método nossas receitas são linearizadas de acordo com os contratos de lo cações. 2.3.3. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a fi	dos vencidos acima de 360 dias, a Companhia adota como política de perda para crédito de liqui dação duvidosa, o provisionamento de acordo de acordo com o percentual de perdas esperadas	mente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R\$ 276.060 (R\$ 273.229 em 2020), representado por 276.060.142 (273.228.706 em 2020) ações ordinárias nomina-	c. Riscos de mercado: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas de rentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Vis					
nalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outro fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade	s levando em consideração uma análise individual e histórica para o Shopping em conjunto com as a condições econômicas, financeiras e políticas atuais e futuras que poderiam corrigir a taxa de per	Stivas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de fe- vereiro de 2021, foi aprovada o aumento de capital social no montante de R\$ 2.831 que correspon-	do a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a ca ção de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre debê res estão mencionadas na nota explicativa n° 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicaçõe					
imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mu dança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de	da histórica, conforme demonstrado a seguir: Percentual de perda esperada aplicada ao contas		res estao mencionadas na nota explicativa nº 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicaçõe nanceiras estão mencionadas na nota explicativa nº 4. c.1. Demonstrativo de análise de sensibilidade					
caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da dat da contratação. As aplicações financeiras incluídas como caixa e equivaente de caixa são classificados na carcarios "atrias financiaras quales instanceiras prais da secultada MIP". 244 Contr	- Shopping Tiête Plaza 3,31%	mento de capital. b. Reserva de lucros : O lucro do exercício é destinado à constituição de reservas, sendo que 5% destina-se a constituição de reserva legal, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é da BS 4.079 (BS 3.056 em 31 de dezembro de 2021). Em 18 de fevereiro de 2021 em ata de	Cenário Cená Cenário possível remo					
ficadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - VJR". 23.4. Conta. a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa: Incluem os aluguiéis a recebe bem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso dos loistas dos Shopping	, sas com Vendas". No decorrer de 2021, a Administração optou por apresentar essa provisão na ru	assembleia geral extraordinária - AGE foram aprovados a distribuição de R\$ 1.000 referente a lu-	Operação Ativo Risco Base 31/12/2021 provável - stress 25% - stress 56					
Dem como as taxas de administração e de cessão de direitos de uso dos lojistas dos Shopping Centers. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para o créditos cuja recuperação é considerada duvidosa (com base na análise dos riscos para cobrir pro	s entação das informações financeiras, efetuamos a reclassificação do saldo comparativo referen	2021. Este montante de R\$ 1.000 refere-se ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2020	9,25% 6,94% 4,63 CDI Decréscimo					
creditos cuja recuperação e considerada duvidosa (com base ha analise dos riscos para coorri pro váveis perdas), com registro ao resultado do exercício. 2.3.5. Propriedades para investimento São as propriedades em que se espera benefício econômico continuo e permanente, representa	demia de COVID-19, que trouxe impactos diretos nas operações da Companhia, a Administração	o traordinária - AGE foram aprovados a distribuição de R\$ 2.000 referente a lucros apurados de 1º de janeiro de 2021 a 31 de outubro de 2021, os quais foram pagos integralmente no decorrer de	do Índice 12.855 1.189 892 5 Passivo 9.25% 11.56% 13.88					
do pelos imóveis destinados a renda e são demonstrados pelo custo de aquisição, reduzido pelo depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8	plente das despesas de condomínio comum. Essas reduções são aplicáveis para os meses acima	2021 e foram reduzidos do montante de reserva de lucros no patrimônio líquido a título de dividen- dos adicionais no exercício de 2021. c. Destinação do lucro líquido do exercício: O lucro lí-	CDI Acréscimo 9,25% 11,56% 13,88 CDI Acréscimo do Índice 82,020 7.587 9,484 11.3					
A taxa de depreciação leva em consideração o prazo de vida útil-econômica do ativo, o qual é re visados anualmente. Em 31 de dezembro de 2020 a vida útil do ativo é de 54 anos. Adicionalmen	 celas remanescentes dos contratos de arrendamento. A Companhia ofereceu descontos individuais por lojas para os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro e em 2021 tam 	quido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsao es- tatutária, terá a seguinte destinação: • 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social	Definiu-se a taxa provável para o CDI acumulado para os próximos 12 meses de 9,25% ao ano. base nas taxas divulgadas pelo relatório FOCUS do Banco Central. <i>d. Valorização dos ins</i>					
te é apurado o valor justo das propriedades para investimento com base nas condições de merca do, para fins de apuração de perdas ao valor recuperável deste ativo e divulgação, conforme apre	 bém ocorreram descontos em todos os meses. Dessa forma, essa condição será tratada como uma modificação do fluxo do contrato de arrendamento e, consequentemente, resultará em um reco 	integralizado. • 25% do saldo, apos a apropriação para reserva legal, serão destinados para pa- gamento de dividendo mínimo obrigatório à todos os acionistas. • O saldo, após a apropriação da reserva legal e destinação para dividendos, serão destinados para reserva de lucros, mediante or-	mentos financeiros: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o ins mento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não					
sentado na respectiva nota explicativa. 2.3.6. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefi	to, como previsto pelo CPC 06(R2). O saldo de locação a receber em 31 de dezembro de 2021 ten	camento de capital. Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercí-	uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para e mar o valor justo: ● Equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigaçõi					
cios econômicos futuros serão utilizados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder se mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Compa nhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo pro	À Vencer 18.810	Lucro líquido do exercício 31/12/2021 31/12/2020 6.361 6.361	recebíveis de curto prazo, mensurados pelo custo amortizado, se aproximam de seu respectivo lor de mercado, devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. © os títulos e vala procedencia de compresso					
nnia possui uma corrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo pro vável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e pas	Operações vencidas > 360 dias 4.336	Resultado do exercício após constituição de reserva legal 19.436 6.043	mobiliários são remunerados pelo CDI, conforme cotações divulgadas pelas respectivas inst ções financeiras e, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença signific va para o valor de mercado.					
sivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocor ra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. 2.3.7. Ava	O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição, por ano de ven	(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% 4.859 1.511 Dividendos a pagar em 1º de janeiro 5.802 4.861 Pagamentos realizados no período (3.000) (3.500)	va pala o vaniu dei inercadu. e. Categoria dos instrumentos financeiros Descrição 31/12/2021 31/12/2020 Classificação CPC					
liação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): A Administração revisa anual mente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas cir	2023 4.945 2024 619	Dividendos adicionais provisionados 2.000 2.930	Ativos financeiros Caixa e equivalentes de caixa 12.855 5.118 Valor justo por meio do resulta					
cunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido exce	2025 68 2026 40	Dividendos a pagar em 31 de dezembro 9.661 5.802 Retenção de lucros 14.576 4.532	Contas a receber 19.052 12.569 Custo Amortiza Passivos financeiros					
de o valor recuperável, é registrada uma provisão para redução ao valor recuperável. Durante o exercícios apresentados, não houve registro de perdas decorrente de redução ao valor recuperá por la constituição de constituição exercitados de constituição exercitados de constituição exercitados	Saldo em 31/12/2021 5.749	d. Adiantamento para futuro aumento de capital: A Companhia possui saldo de adiantamento para futuro aumento de capital em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 3.903 (R\$ 2.831)	Fornecedores 99 87 Custo Amortiza Debêntures 82.020 95.359 Custo Amortiza **Construction** Fig. 31 de dezembre de 2021 e 31					
vel dos ativos. 2.38. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A Companhia i optante pelo regime de lucro presumido por regime de competência. Este regime é aplicável as so ciedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a Ri	6. Demais contas a receber: Representadas por: Descrição 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2020	 - 2020), o qual foi capitalizado em 09 de março de 2022, conforme nota explicativa 24. 14. Receita líquida: Representa aluquéis de shopping centers, registrados por competência em calorão executados fermedes entre o Companhio en electrários a receita de Comão de Direi. 	f. Operações com instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezem de 2020, a Companhia não possuía operações com derivativos. 21. Gestão do capital social: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar qu					
ciedades cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido interior a 1º. 78.000. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social são calculadas à razão de 32% quando a receita for proveniente de aluquéis e prestação de serviços e 100º	Allowance (a) 196 568 Comissões 1.376 1.700		21. Gestao do Capital Social: U objetivo da gestao de capital da Lompannia e assegurar qui mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ma, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Compan					
quando for proveniente de receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alfquotas regulare dos respectivos impostos e contribuição. 2.3.9. Provisões: Provisões são reconhecidas quando a	Total demais contas a receber 3.232 2.868	Descrição 31/12/202 31/12/202 Receita de Aluguel 49.406 38.496 Receita de CDU 603 695	controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atu. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, re					
Companhia tem uma obrigação presente, em consequência de um evento passado, quando é pro vável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa con	Não Circulante Não Circulante 1.081 2.414 a) Contras a receber de pastos referentes às adequações das salas alugadas os quais são amorti-	Receita bruta 50.008 39.191 Descontos concedidos (a) (7.795) (3.797)	no de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre tros. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios					
fiável do valor da obrigação possa ser feito. Quando a Companhia espera que o valor de uma pro visão seja reembolsada, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separa	a) contas a receber de gastos reterentes as adequações das salas alugadas os quais sao amorti zados com base no contrato de locação.	Impostos sobre receita (1.557) (1.315) Deduções (9.352) (5.112)	dos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líqu debêntures, menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa): Núde porte: 31(2)(2)(3) 31(2)(3) 31(2)(3) 31(3)(3) 31(3)(3)					
do, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. 2.3.10. Instrumentos financeiros a. Instrumentos financeiros is instrumentos financeiros do companhia e sua controlada com	bro de 2021 e de 2020 estão assim representadas:	Receita líquida 40.656 34.079 a) Os descontos concedidos em 31 de dezembro de 2021 foram impactados pelo efeito dos descontos relacionados a Covid-19, que estão descritos na nota 5.b	Divida bruta 31/12/202 31/12/20 31/12/20 Debêntures 82.02 95.3 Total da divida bruta 82.02 95.3					
preendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar debêntures, entre outros. A Companhia e sua controlada reconhecem os instrumentos financeiro na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. <i>b. Ativos</i> fi	31/12/ 31	15. Custos e despesas por natureza: A seguir as despesas e os custos classificados de acordo com a natureza, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.	(-) Caixa e equivalentes de caixa (12.855) (5.1 Dívida líquida 69.165 90.2					
na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. <i>b. Ativos</i> in nanceiros: Os ativos financeiros estão classificados como custo amortizado que contemplam contas a receber. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados pel	Tietê Administradora Ltda. 1.242 1.187 25 21 1.217 1.166 51 74 (b) As movimentações e composições dos investimentos diretos da companhia podem ser assin	Descrição 31/12/2021 31/12/2020 Custos de Locação (10.049) (11.964)	Patrimônio líquido 330.335 312.6 Dívida líquida/PL 20,94% 28,84					
contas a receber. Us ativos financeiros ciassificados como custo amortizado são mensurados pela valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução a valor recuperável. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é de	apresentadas: Equivalência	Áreas Vagas (3.744) (5.151) Manutenção 320 (189)	22. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens su tos a riscos, para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. Conside					
terminada no reconhecimento inicial. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Con templam caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Investimentos	Depreciação e Amortização (6.625) (6.625) Custos de vendas (941) (787)	mos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os ris buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações. As apólices e en vioro e o refinios foram devidemento nagos As constitues de socius se são (a) Estrutura a					
incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhe cimento inicial a valor justo por meio do resultado. <i>c. Passivos financeiros:</i> Os passivos finan	8. Propriedades para investimento: As propriedades para investimento são registradas inicial mente ao valor de custo, e posteriormente depreciadas, e consistem em imóveis que são alugado:	Despesas Comerciais (1.681) (1.693)	em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As coberturas de seguros são: (a) Estrutura e cêndio, shopping centers: R\$ 503.687. 23. Outros assuntos: Sobre o impacto do COVID: 0 Tietê Plaza Shopping teve suas operações :					
ceiros são classificados como outros passivos financeiros, que incluem debêntures, fornecedores são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente	presentados:	Comissões (1.329) (1.076) Allowance (352) (617) Despesas Gerais e Administrativas (553) (721)	23. Outros assuntos: Sobre o impacto do COVID: O flete Haza Shopping teve suas operações: pensas, com exceção dos serviços essenciais, a partir da segunda metade de março, mais esp ficamente no dia 18 de março de 2020. A partir do dia 11 de junho de 2020, o shopping inicio					
são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despe sa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilito ande para equal y a custa e	Edifícios 2% a 2,7% 351.076 (6.501) 344.575	Serviços Profissionais e Contratados (553) (721) Total despesas (2.234) (2.414)	retomada de suas atividades. O Tietê Plaza Shopping retornou às operações em horário integra funcionamento somente a partir do dia 10 de outubro de 2020. A operação observou em todo e					
zado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pel período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa fu turos estimados ao longo de jurida estimada do passiva fluxos por la calcular de la porta de la calcular de	Benfeitorias em imóveis de terceiros 2% 6.661 (124) 6.537	Total Custos e Despesas (13.224) (15.165) 16. Resultado financeiro: O resultado financeiro para os períodos findos em 31 de dezembro de	período protocolos rígidos de limpeza e saúde. Além disso, o shopping continua trabalhando limitação de capacidade de veículos e pessoas e restrições de operações que possam gerar a					
turos estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. 23.11. Lucro básico e dilui do por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado di exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a quantidade de ações ordinárias disponívei	A Companhia optou pelo registro a valor de custo reduzido pela depreciação das propriedades para	2021 e 2020 são assim constituídos: Resultado financeiro 31/12/2021 31/12/2020	merações, de acordo com as recomendações das respectivas autoridades governamentais. N nal do mês de dezembro de 2020, os shoppings do Estado de São Paulo foram submetidos a no					
exercicio atribulivei aos acionistas de Compannia e a quantidade de ações ordinarias disponivei no respectivo período (total de ações, menos as ações em tesouraria). A parte diluída consider ainda o exercício das opções de compra de ações, se houver. Conforme desmonstrado na nota ex	g priedades para investimento, calculado anualmente, para fins de análise de recuperabilidade: Valor justo em Valor contábil Mais valia bruta	Despesas financeiras: Juros e Variação monetária (4.835) (4.035)	restrições que impediram o seu funcionamento por alguns finais de semana, estendendo-se ao go de janeiro de 2021 com reduções do horário de funcionamento. No mês de março de 2021, ram anunciadas novas restrições devido ao aumento do número de casos de contaminações e n					
plicativa nº 19. 2.3.12. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acio nistas é reconhecida como passivo nas seguintes situações: (i) se a distribuição é aprovada de acor	Propriedade 31/12/2021 em 31/12/2021 não registrada Tietê Plaza Shopping 852.308 388.112 464.196	Imposto sobre operações financeiras (7) (4)	ram anunciadas novas restrições devido ao aumento do número de casos de contaminações e i tes referentes à variante Ômicron. O Tietê Plaza Shopping teve suas atividades interrompida partir da metade do mês, com exceção dos serviços essenciais, retornando a abrir com restriç					
do com o estatuto social, antes do encerramento dos exercícios; e (ii) de acordo com a Lei das So ciedades Anônimas, que define como dividendo mínimo 25% do lucro do exercício. Na data d	Valor justo em Valor contábil Mais valia bruta Propriedade 31/12/2020 em 31/12/2020 não registrada	Receitas financeiras: Juros Ativos 37 22	somente no dia 18 de abril de 2021. Desde então, por conta do avanço da imunização da pop ção e da redução do número de casos da COVID-19, as restrições foram reduzidas e as ativida					
aprovação da assembleia geral, dividendos adicionais podem ser aprovados e são reconhecido apenas nesta ocasião, e eventual proposta complementar feita pela administração na preparaçã	S Tietê Plaza Shopping 899.805 394.737 505.068 A avaliação para o Tietê Plaza Shopping foi efetuada internamente em 31 de dezembro de 2021 e	Rendimento de aplicações financeiras 123 188 Demais receitas financeiras 417 606	gradativamente voltaram à capacidade normal. Porém, alguns lojistas seguem em recuperação pouco mais lenta por conta do histórico negativo que impactou sua saúde financeira. Ao longo					
das demonstrações contábeis é mantida como reserva de lucros no encerramento do balanço 2.3.13. Adiantamento para futuro aumento de capital: Adiantamentos para futuro aumento de capital: são elastificação po partiripário, flouido, uma sur que há éfisuales contratiação da são de capital: são elastificação po partiripário. Flouido, uma sur que há éfisuales contratisação da são de capital: são elastificação po partiripário.	Método da renda - fluxo de caixa descontado: por essa metodologia, projeta-se a receita de alu	Total receitas financeiras 577 816 Resultado financeiro líquido (4.414) (3.448)	meses de janeiro e fevereiro de 2022, a performance de vendas do Tietê Plaza Shopping ficou linha com as vendas dos mesmos meses em 2019, período pré-pandemia. O índice de ocupa					
de capital são classificados no patrimônio líquido, uma vez que há cláusulas contratuais de nã cancelamento ou devolução. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adianta mento para futura aumento de capital e posteriormente integralizados ao capital social atravé	taxas de crescimento apropriadas e os eventos de contrato (reajustes, revisões e renovações), ocor	31/12/2021 31/12/2020	do shopping em fevereiro/2022 era de 94,9%, 0,1 ponto percentual abaixo do indicador em fi reiro de 2019. 24. Eventos subsequentes: Em 09 de março de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extr					
mento para futuro aumento de capital, e posteriormente integralizados ao capital social, atravé de atos societários. Os termos de integralização consideram um valor fixo de adiantamento po uma quantidade fixa de ações.	s rendo na menor periodicidade definida pela legislação. A mensuração do valor justo deste ativo for r classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados. Para nossa avaliação deste ativo, nó: utilizamos como premissas as seguintes taxas:		24. Eventos subsequentes: Em 09 de março de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extr. dinária o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 3.903.180 novas ações o nárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas, no montante de R\$ 3.903.					
	utilizatios curio premissas as seguintes caxas. RETORIA	CONTADOR: ARTHUR RICARDO ARAUJO JO	•					

CCP MARFIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

.continuação

los Acionistas e Administradores da

Aos Acionistas e Administratores da CCP Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. - São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CCP Marfim Empreendimentos Imobi-liários S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patriônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspon itorito injulio e usi isuxos de cana para o exercició initio nessa data, dem contro as consespon-fentes notas explicativas, compreendende as políticas contábeis significativas e outras infor-nações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referi-das apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e fi-nanceira da CCP Marfim Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o de-sempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de cordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ofissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais consabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de audito-

e. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financei-

vas respectivamente. Adicionalmente avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia em atendimento aos normativos contábeis, principalmente quanto às premissas e metodología executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidênrincipais assuntos de adultoria en resposta a das rescus, pelm como obrenios evidente quanto se premissas e metudoriga e avuenta de un resposta a das rescus, pelm como obrenios evidente controlleras de adultoria en resposta a das rescus, pelm como obrenios evidente controlleras significativos natituem procedimiento so controlleras significativos natituem controlleras de adultoria en resposta a das rescus, pelm como obrenio de adultoria en resposta a das rescus, pelm como obrenio en resposta a das rescus, pelm como obrenia en resposta en responsable en do valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

ras como um todo e na formação de noissa opinialo sobre essas deministrações financierias e, portanto, não expersamos uma opinião separada sobre essas assuntos.

Valor recuperável e valor justo das propriedades para investimentos: Veja a notas explicativas nº 2.3.5, n° 2.3.7 e n° 8 das demonstrações financeiras de eministrações financeiras de eministrações financeiras de eministrações financeiras de eministrações financeiras livres de discriptionaria de portanda de eministrações financeiras. Padaministrações financeiras livres de discriptionaria de portanda de eministrações financeiras. Padaministrações financeiras livres de discriptionaria de portanda de eministrações financeiras livres de discriptionaria de portanda de eministrações financeiras livres de discriptionaria de portanda de eministrações financeiras livres de discriptionaria de eministrações financeiras livres de discription

presentações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

do linear e considerando a vida útil econômica dos bens, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é registrada uma perda por redução ao valor recuperável, devendo divulgar o seu valor justo nas notas explicativas. A determinação do valor justo nas notas explicativas em relação ao valor ceuperável desses ativos, leva em consideração premissas suportados nas condições de mercados existentes, tais como, projeção de receitas futuras de aluquel inadimplência, descontos sobre aluquel, vacância financeira, taxa de administração estaxa de Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Nosdesconto. A definição dessas premissas envolve um alto grau de julgamento da Companhia e qualquer alteração das mesmas pode impactar significativamente a estimativa do valor recuperavel e do qualquer alteração das mesmas pode impactar significativamente a estimativa do valor recuperavel e do valor recuperavel e do valor justo desses a túvos ans demonstrações financeiras. Como consequência considerado a desemberações financeiras representam as correspondente deramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, in clusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondente transações e o se eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada
 Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeira ads para printiago. Too a premissa adottadas no Brasil.

Asse para opinião. Nossa auditoria do cardo com as normas brasileiras e inmánças corporativas, availandos a metodologia de availação, razoadilidade e consistência dos dados e premissas adottadas para determinação do quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoader máticos e razoabilidade e consistência dos dados e premissas adottadas para determinação do quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoader máticos e razoabilidade e consistência dos dados es premissas adultidas de condicionam de adultoria e das describados dos auditorias e internacionais de auditoria e das describados de auditoria e das describados de auditoria e das describados de acordo com a normas plasificars e internacionais. Companhia, de acordo com a normas plasificars e internacionais de auditoria e das describados de acordo com a normas de acordo com a companhia de acordo com a normas de acordo com a normas de referidas de monstrações financeiras. Somos responsabilidades de consistência a razoado a de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados, en consequentemente, pela opinião de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e das describados de acordo com a normas de auditoria e demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planeiamos e jeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adve s como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras. A administra- para a auditoria para planeiarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias sas de tal comunicação podem deptro de uma perspectiva raznável superar os beneficios d sas de tal comunicação pasa o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG-Auditores Independentes Ltda.

Eduardo Tomazelli Remed

UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 27.352.303/0001-2

NIRE nº 35.300.502.329 AVISO AOS ACIONISTAS

UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A. informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 1, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 06 de março de 2022. A Administração. (06, 07 e 08/04)

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 27.317.702/0001-50 NIRE nº 35.300.502.060 **AVISO AOS ACIONISTAS**

SPIC Brasil Energia Participações S.A. inform que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Avenida Presidente Juscelin Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27° andar, sala 3, Vila Nova Conceição, em São Paulo/SP, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. São Paulo, 06 de marco de 2022. A Administração. (06, 07 e 08/04)

América do Sul Empreendimentos ==

e Participações S.A.

CNPJ/MF 48.778.401/0001-01

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 28/04/2022, às 09:00 horas, na Av. Brig. Luís Antônio, 2344 - 13° andar, São Paulo, Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores; exame, discussão e votação da vas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, as quais se encontrar dentoristrações inianticirais telativas ao exercicios occiar en technico en 131/12/22., as quais se entoritativi disponíveis no endereço acima; b) Eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2024; c) Fixação da remuneração mensal dos Diretores; d) Outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 05/04/2022. As. Roberto Yoshihiro Nishio - Diretor Presidente.

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Aviso aos Acionistas Ficam comunicados os Senhores Acionistas da NESLIP S.A., em atendimento ao disposto no artig 133 da Lei 6.404/76, que os documentos e informações relacionados às matérias da Assembleia Gera Ordinária a ser realizada no dia 27/04/2022, às 10:00 horas, a ser realizada de forma virtuel encontram-se à disposição dos Acionistas na sede NESLIP S.A. Comunicamos ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos

> São Paulo, 05 de abril de 2022 Luiz Otávio Possas Goncalves - Presidente do Conselho

Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/ME n° 15.761.956/0001-83 - NIRE 35.300.519.124

Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 18 de Abril de 2022 - Edital de Convocação ricam convocados os acionistas da **Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.**, socieda or ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, 99, 1 andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, registrada no Número de Identificação do Registro de Empresas (NIR 35.300.519.124 e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob-° 15.761.956/0001-83 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 6.404, de 19 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a se reunirem em Assembleia Gr ral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 18 de abril de 2022, às 11:00 horas ("**Assem bleia"**), na sede da Companhia, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (f) elejcão (lum) men bro para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição de membro que apresentou renúncia ao se argo, para completar o prazo restante do seu mandato, ou seja, até a posse dos membros do Conselho de Admi istração que serão eleitos ou reeleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2022. **Instruçõe** e I**nformações Gerais:** 1. Nos termos da legislação aplicável, os documentos e informações relacionados às ma-érias referidas acima se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **2.** O acionista ou seu re-resentante legal deverá comparecer na Assembleia munido do documento hábil a comprovar sua identidade. **3.** O cionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes es ceciais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Solicita-se que, sendo possível, o instrumento de mandato, icompanhado de cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do acionista para re-resentação na Assembleia, seja depositado no escritório da Companhia localizado na Rua Doutor Eduardo de Sou-a Aranha, 99, 13º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-120, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou nviados para o endereço eletrônico <u>ajarzinski@certificadora.imb.br</u>, com antecedência de até 3 (três) dias úteis da lata marcada para a realização da Assembleia. 4. A Companhia informa que intensificou medidas de proteção o ada infactad para Tenização do Assenibela. 4. A Compania informa que interistico interior includa se protega-nigienização de seus ambientes para receber os acionistas que comparecerem na Assembleia. Não obstante, soli-ita-se que, sendo possível, os acionistas enviem confirmação de presença para o endereço eletrônico <u>ajarzinski@</u> <u>ertificadora.imb.br,</u> para que seja possível mobilizar equipe para garantir o atendimento de todas as medidas de gurança, **5.** Informações adicionais poderão ser solicitadas para o endereço eletrônico ajarzinski@certificadora nb.br. São Paulo, 07 de abril de 2022. Fernando Maia de Oliveira Cruz - Conselho de Administração

IGUAÇU CELULOSE, PAPEL S/A CNPJ/MF: 81.304.727/0001-64 NIRE: 4130001022-6 ATA DA 77* ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2022 DATA, HORÁRIO E LOCAL: Ao 1° (primeiro) dia do mês de março de 2022, às 9:30 (nove horas e trinta minutos), na sede social da Iguaçu Celulose, Papel S.A., localizada na cidade de

horas e trinta minutos), na sede social da Iguaçu Celulose, Papel S.A., localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, nº 635, Bairro Cidade Industrial de Curitiba — CIC, CEP 81.170-280 ("Companhia"). CONVOCAÇÃO E QUÓRUM: Dispensada a convocação, conforme faculta o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 convocação, conforme faculta o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 19/6, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo sido constatada a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. PRESENÇAS: Presentes: (i) a acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; (ii) o Diretor da Companhia José Felipe Mate De Rangel Moreira Cavalcanti; (iii) Evans de Siqueira, consultor e; (iv) Idevan César Rauen Lopes, advogado. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Paulo Roberto Pizani, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, industrial, residente e domiciliado no Municipia de Corielia. Estada da Remedica Remedica Remedica (Adultativa de Cartielia de Corielia de Corielia (Garante de Corielia de Corielia de Corielia de Corielia de Corielia (Corielia de Corielia de Corielia de Corielia (Corielia de Corielia (Corielia de Corielia (Corielia de Corielia (Corielia (Corielia de Corielia (Corielia (Corieli casado sob o regime de comunhão universal de bens, industrial, residente e domiciliado no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Carmelo Rangel, nº 1.320, Batel, com Cédula de Identidade-RG nº 570.297-6/SSP-PR e inscrito no CFF/ME sob nº 565.677.828-20; Secretário: Raimar Sternadt, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, residente e domiciliado em Curitiba (PR) na Rua Hellen Keller, 360, Capão Raso, com Cédula de Identidade-RG nº 831.515/SSP-PR, inscrito no CFF/ME sob nº 004.417.329-68. ORDEM DO DIA: (i) Aprovação do Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial desta Companhia firmado nesta data, com a incorporação da parcela cindida para IGUACU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA., conforme apresentado pela administração da Companhia ("Protocolo"); (ii) Ratificação da nomeação e contratação de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação do acervo cindido da Companhia ("Acervo Cindido"), de acordo com seu valor patrimonial contábil na data base de 31 de janeiro de 2022 ("Laudo de Avaliação"); (iii) Aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) Aprovação da cisão parcial desta Companhia com a incorporação do Acervo Cindido pla [guaçu Embalagens, nos termos do Protocolo ("Cisão Parcial"); (v) Acervo Cindido pela Iguaçu Embalagens, nos termos do Protocolo ("Cisão Parcial"); (v) Redução do Capital Social da Companhia nos termos do Protocolo e conforme valores estabelecidos no Laudo de Avaliação: (vi) Consolidação do Estatuto Social da Comp (vii) Ratificação da Diretoria. <u>DELIBERAÇÕES:</u> Foram aprovados, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: (i) O protocolo de cisão parcial, o qual é parte desta assembleia geral extraordinária na forma de <u>Anexo I ("Protocolo")</u>, firmado em 01/03/2021 entre esta companhia e a sociedade IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA., pessoa jurídica companhia e a sociedade IGUAÇU EMBALAGENS INDUSTRIAIS LIDA., pessoa juridica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.49.58.185/0001-17, com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Alameda Santa Monica, nº 01, parte, Bairro Silveira da Motta, CEP 83.030-550, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41210493848, por despacho em sessão do dia 21/01/2022. (ii) A ratificação da fixação do critério de avaliação contábil com data base de 31 de janeiro de 2022 apresentado no Protocolo e da contratação e nomeação da seguinte empresa avaliadora: EDS CONSULTORIA TRIBUTARIA E CONTÁBIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob nº 29.482.496/0001-69 e NIRE na JUCEPAR sob o nº 41600656938, cadastrada no CRCPR-09702/O-7, com sede na Rua Senador Saraiva, nº 373, Conjunto 203 Bairro São Francisco, Curitiba Paraná, CEP 80510-300, representada por seu administrado Evans de Siqueira, brasileiro, contador, casado, portador da Cédula de Identidade Civil RC nº 4.625.576-3, inscrito no CPF/MF sob nº 840.644.809-10 e CRC-PR sob nº 33053/O-4 para realização da avaliação necessária e elaboração do Laudo de Avaliação do Acervo Cindido nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.(iii) O Laudo de Avaliação apresentado pela empres especializada, o qual se encontra anexo ao presente ato na forma de Anexo II ("Laudo de Avaliação"). (iv) A Cisão Parcial desta Companhia, com versão do Acervo Cindido à Iguaçu Embalagens, sem solidariedade entre a Companhia e a Iguaçu Embalagens, nos termos do parágraficinco do artigo 233 da Lei das S.A., de modo que a Iguaçu Embalagens suceda a Companhia e seja responsável unicamente com relação aos direitos e obrigações que compõem o Acervo Cindido indicado no Laudo de Avaliação e no Protocolo, sem qualquer solução de continuidado aos atividades da Companhia (v). Comp consequência da apravação de Cisão Parcial é aprovada de se companhia (v). Comp consequência da apravação de Cisão Parcial é aprovada nas atividades da Companhia. (v) Como consequência da aprovação da Cisão Parcial, é aprovada também a redução do Capital Social da Companhia no valor de R\$ 4.646.196,00 (quatro milhões tambem a redução do Capital Social da Companhia no valor de R.\$ 4.646.199,00 (quatro minioses esiscentos e quarenta e seis mil cento e noventa e seis reais), sendo, portanto, canceladas 17.823.855 (dezessete milhões, oitocentas e vinte e três mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social. Assim, o Capital Social do companhia de R.\$ 61.838.286,01 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e um centavo), <u>passa a ser</u> de R.\$ 57.192.090,01 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividido em 219.401.737 (duzentas dazenova milhões, quatrocentos a uma mil estecentas a trinta e seto, açõe este principio. cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividado em 219.401./3/ (duzentas e dezenovo milhões, quatrocentas e uma mil, setecentas e trinta e setel ações estel ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme previsto no Protocolo. De acordo com a alteração pactuada fica o Artigo 5º do Estatuto Social com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 57.192.090,01 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e noventa reais e um centavo), dividido em 219.401.737 (duzentas e dezenove milhões, quatrocentas e uma mil, setecentas e trinta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal: "(vi) Consolidação do Estatuto Social do Companhia, conforme elejção realizada na Companhia, vii) Ratificação da Diretoria atual da Companhia, conforme eleição realizada na 338º Reunião do Conselho de Administração, a saber: (a) José Felipe Mata de Rangel Moreira Cavalcanti, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado em Curitiba (PR), na Rua Alferes Ángelo Sampaio, nº 2.808, apartamento 1.201, CEP 80.730-460, Bairro Bigorrilho, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.708.212-9/SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 06.6658.294-72, no cargo de Diretor-Superintendente; (b) José Eduardo Nardi, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro elétrico, residente e domiciliado em Curitiba (PR), na Rua Estevão Bayão, nº 226. Bairro Batel, CEP 80240-260, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.304.511/SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 536.718.809-53, no cargo de Diretor-Industrial e; (c) Marcos Aurélio Tomaz de Brito, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado em Curitiba (PR), na Rua Comendador Franco, nº 6.700, bairro Uberaba, CEP 81.560-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.998.902-1/SSP-PR, inscrito no CPF/ME sob nº 060.026.218-44, no cargo de Diretor Administrativo; todos com o fim do mandato em 31/05/2022 ou na data da próxima assembleia geral ordinária, prorrogável até a investidura Companhia, vii) Ratificação da Diretoria atual da Companhia, conforme eleição realizada n ME sob nº 006, 206.218-44, no cargo de **Diretor Administrativo**; todos com o tim do mandato em 31/05/2022 ou na data da próxima assembleia geral ordinária, prorrogável até a investidura de novos membros. Fica autorizada a Diretoria a adotar todas as providências necessárias para a execução das deliberações aprovadas e transcritas na presente Ata.**ENCERRAMENTO E LAVRATURA DAATA**; Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS**; Paulo Roberto Pizani (Presidente da Mesa); Raimar Sternadt (Secretário). **ACIONISTAS PRESENTES**; (i) Imaribo S.A Industria e Comércio (p. Paulo Roberto Pizani). Certifico que a presente ata é cópia fiel da transcrição do livro próprio. Curitiba ol de marco de 2022.

Curitiba, 01 de março de 2022. Registrada na JUCEPAR em 06/04/2022, sob nº 20222015896 – Leandro Marcos Rayse Biscaia – Secretário-Geral.

DITAL PARTA CON-HECMINENTO DE TERCEIROS - PRAZO DE J MAS FROCESSO N'102471-15.2921 8.8.0005 Q.J. MM. Juiz/ e Direito da 2º/yara da Familia e Sucassios, do Fror Region 'San Miguel Paulista Estado de São Paulo Jriga, Mario Mas anori Fujita, na forma da Lei, etc. Faz saber que nos autos di literação do Regime de Bers do Casamento, Laelson Bra antos e Adriana de Souza Vieira Santos, objetivam alterar manda fa hane de necesamento massando do altual regime d O presente edital é expedido nos terrius uv ando do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nes São Paulo, aos 30 de março de 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 1011072-88.2019.8.26.0005. O(A)
MM. Juiz(a) de Direito da 1º Vara Cível, do Foro
Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São
Paulo, Dr(a). LUCILIÂAL CIONE PRATA, na forma
da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MATEUS BARBOSA
GUIMARAES, Brasilerio, Soflerio, RG 20170029551, CPF 409.060.958-59, come endere -ço à Rua
Aracarana, 105. Vila São José (Itaim Paulista), CEP
08140-400. São Paulo-SP, que lhe foi proposta uma
ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de
Money Plus Sociedade de Crédito Ao
Microempreendedor e A Empresa de Pequeno Porte
Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não
sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por
EDITAL, do bloqueio realizado às fils. 186, no valor de sabido, foi determinada a sua INTIMAÇAO, por EDITAL, do bloqueio realizado às fls. 186, no valor de R\$ 3.640,02, através do Sistema SisBaJud e para querendo impugnar no prazo de quinze dias, que começará a fluirá após do decurso do prazo deste edital. Será o presente edital, por extrato, atixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e sta cidade de São Paulo, aos 25 de 2022. 07 e 08.04

EDITAL DE CITAÇÃO − PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO № 1097714-70.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dría). Tom Alexandre Brandão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Lisley Cristina Pereira Fernandes ME, CNPJ 23.371.245/0001-20, e Lisley Cristina Pereira Fernandes, RG 271294310, OFF 264.950.028-07, que lhes 60 proposta uma ação de Execução de Titulo Extrajudicial por parte de Money Plus Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Ltda., objetivando a cobrança da quantia de R\$ 108.993,90 (novembro/2021), referente ao inadimplemento das parcelas oriundas da Cédula quaria de no 100.093,30 (invertiniorizzo I), felerente ao inadimplemento das parcelas ontundas da Cédula de Crédito Bancário – CCB, firmada em 08/01/2019, anexa aos autos. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CTTAÇÃO, por EDITAL, para em 03 días efetuarem o pagamento integral da divida atualizada, ocasião em que o valor dos honorários advocarticios será reduzido sobo dos honorários advocatícios será reduzido pela metade ou oferecer bens (suficientes) à penhora sob pena de penhora de bens e sua avaliação podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embargos imbos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderão as executadas requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916, do CPC. Em caso de revella, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de março de 2022. 07 e 08.04

CNPJ(ME) nº 42.627.615/0001-92 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Valores em R\$ 1.000 Ativo 31/12/21 Passivo 1.484 66 Instrumentos financeiro nstrumentos financeiros Operações de crédito Outros passivos 1.935 Cobrança, arrec. tributos e assemelhados Outros ativos 1.457 Outros créditos - Diversos Fiscais e previdenciárias Despesas antecipadas Diversas 1.798 1.071 3.000 3.000 Total do ativo 3.007 Patrimônio líquido Capital: De Domiciliados no país """ acumulados) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Semestre findo em 31/12/2021 e período de 1º a 31/12/2021 - Valores em R\$ 1.000 Total do passivo e patrimônio líquido 01/06/2021 a DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) 31/12/202 Receitas de intermediação financeira re findo em 31/12/2021 Operações de crédito Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e período de 1º/06/2021 a 31/12/2021 - Valores em R\$ 1.000 01/06/2021 a 31/12/2021 esultado bruto da inter Fluxos de caixa das atividades op Outras receitas/despesas operacionais Prejuízo do semestre e período Despesas de pessoal Variação de ativos e obrigações 3.412 Outras despesas administrativas (1.275)(1.275)(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos (Aumento) redução de outros ativos Despesas tributárias Outras receitas operacionais Resultado operacional Resultado antes da tributação sobre (1.457) (1.457) Aumento (redução) em instrumentos (1.929) (1.929) 3.000.000 o lucro e participações financeiros passivos Prejuízo do semestre/período Aumento (redução) em outros passivos 1.935 1.935 3.000.000 Nº de ações Caixa líquido aplicado nas atividades Prejuízo por ação - R\$ (0,64)(0,64)1.484 (1.516 operacionais Fluxos de caixa das atividades de finar DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 3.000 Recebimento pela integralização de capital Caixa líquido aplicado nas atividades a 31/12/2021 - Valores em R\$ 1.000 01/06/2021 a 3.000 Aumento líquido de caixa e equivalentes 2°-Sem-21 31/12/2021 (1.929) de caixa 1.484 1.484 Resultado líquido do semestre/período Caixa e equivalentes de caixa no fim do Resultado Abrangente Resultado Abrangente Total (1.929) (1.929) 1.484 1.484 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO °/06/2021 a 31/12/2021 - Valores em R\$ 1.000 ndo em 31/12/2021 e período de Semestre de 01/07/21 a 31/12/21 Saldos no início do semestre em 01/07/21 3 000 Saldos no fim do semestre em 31/12/21 (1.929) (1.929) (1.929) (1.929 Período de 01/06/21 a 31/12/21 Tota Lucros ou Prejuízos Acumulados

3.000

As Demonstrações Contábeis na íntegra encontram-se na sede da empresa

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Almeida Junior Shopping Centers S.A. CNPJ/ME 82.120.676/0001-83 Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Saldos no início do período em 01/06/21

Saldos no fim do período em 31/12/21 Mutações do período:

ADEMIR DE ARAUJO - Diretor

Aumento de capita

Preiuízo do período

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, Sra, Heloísa Helena Kretzer de Almeida com fundamento no Estatuto Social e na Lei 6.404/1976, convoca todos os acionistas da Almeida Junior Shopping Centers S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277, 16° andar, conjunto 1604, São Paulo, SP, no dia 29 de abril de 2022, às 12:00 horas, em primeira convocação, e às 12:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordem do dia: a) Análise, discussão e aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2021; b) Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuzo líquido do exercício osocial encerrado em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos. c) Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2022 São Paulo/SP, 07 de abril de 2022

Heloísa Helena Kretzer de Almeida - Presidente do Conselho de Administração

IMARIBO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 NIRE: 4130001199-1
ATA DA 70°. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2022

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2022, às 09:00 (nove horas), na sede social da Companhia, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Alfred Nobel, nº 635, bairro Cidade Industrial de Curitiba — CIC, CEP 81.170-280. CONVOCAÇÃO DE OLÓMBUS. Edizio de Convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos termes de ortico 124 de la convecção emblicados nos emblicados em E QUÓRUM: Editais de Convocação publicados nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedade por Ações (Lei Federal nº 6.404/76, conforme alterada), nas edições dos dias 11, 14 e 15 de marc de 2022 no Diário Oficial do Estado do Paraná, páginas 46, 46 e 45, e Jornal O Dia SP, páginas 05, 05 e 07 respectivamente. PRESENÇAS: Presentes: (i) os acionistas representando 98,9586% (noventa e o tito virgula nove mil quinhentos e o tienta e seis por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; (ii) os Diretores Paulo Roberto Pizani e Raimar Sternadt; (iii) Evans de Siqueira, consultor e (iv) Idevan Césa Rauen Lopes, advogado. COMPOSICAO DA MESA: Presidente: Vera Maria Luhm Pisani Secretário: Paulo Roberto Pizani. ORDEM DO DIA: Aprovação da Transferência das quotas que a companhia mantém na Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. para a Iguaçu, Celulose e Papel S. A DELIBERAÇÕES; Antes de iniciados os trabalhos, foi deliberado e aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes que a Ata das Assembleias fosse lavrada em forma de sumário, de declaração do desposação do tentro de compando de constante de compando as declarações de votos, protestos e dissidências porventura existentes serão numeradas as acectarações de Votos, protestos e dissidencias porventura existentes serao numeradas autenticadas e recebidas pela Mesa e serão aquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. Foi autorizada, por unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem qualquer ressalva, reserva ou condição aprovaram a transferência des quotas que a Imaribo S.A – Indústria e Comércio mantém na Iguaçu Embalagens Industriais Ltda. para a Iguaçu, Celulose e Papel S.A. A mencionada transferência ocorrerá via dação de pagamento, alienação, em razão de dívidas que a Imaribo S.A – Indústria e Comércio tem para com a Iguaçu, Celulose e Papel S.A. Fica autorizada a Diretoria a adotar todas as providências necessárias para execução das deliberações aprovadas e transcritas na presente Ata ENCERRAMENTO E a execução das deliberações aprovadas e transcritas na presente Ata.<u>ENCERRAMENTO E</u> LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura LAVRATURA DAATA: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinado por todos os presentes. ASSINATURAS: Vera Maria Luhm Pisani (Presidente da Mesa); Paulo Roberto Pizani (Secretário). ACIONISTAS PRESENTES: (i) Paulo Roberto Pizani; (ii) La Famiglia di Giulio Ltda (p. Julio Cesar Pisani); (iii); Luiz Fernando Pizzani, (iv) Heloisa Maria Pisani de Oliveira Franco, (v) Vera Maria Luhm Pisani, (vi) José Carlos Pisani Junior, (vii) Ricardo Luhm Pisani, (vi) Liosé Carlos Pisani Junior, (vii) Ricardo Luhm Pisani, (vi) Liosé Carlos Pisani Junior, (vii) Ricardo Luhm Pisani, (viii) Daniela Luhm Pisani Almeida, (ix) Luiz Felipe Nardi e (x) José Eduardo Nardi. Certifico que a presente ata é cópia fiel da transcrição do livro próprio. Curitiba (PR), 21 de março de 2022. VERA MARIA LUHM PISANIP residente PAULO ROBERTO PIZANI Secretário Registrada na JUCEPAR em 04/04/2022, sob nº 20221821171 — Leandro Marcos Raysel

: Companhia Província de Securitização ≡

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de 2º (Segunda) Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos

Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Primeira Série da 2º Emissão

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares" e "CRA") da

Primeira Série da 2º (Segunda) Emissão da Companhia Província de Securitização ("Securitizadora") e a

Oliveira Trust Distribuídora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRA ("AGT"), nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 22, item "I" da Instrução CVM nº 600, de 01 de agosto de 2018 ("Instrução CVM 600"), a ser realizada na data de 18 (dezoito) de abril de 2022, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625" e "CVM", respectivamente), sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digita Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titula para, nos termos da cláusula 12.8 do Termo, deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão referente ao exercício financeiro findo em 31/12/2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes que, conforme previsto no § 3º, do artigo 26, da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018, serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Informações Gerais: Em virtude da Pandemia de COVID-19 e em linha com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Ofício-Circular nº 6/2020/CVM/SIN, veiculado pela Comissão de Valores Mobiliários em 26 de março de 2020, a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e para o Agente Fiduciário, indicando no assunto CRA Solubio" observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo, a. Quando Pessoa Física: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente.

(b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; d. Quando Representado por Procurador: caso qualque Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.7. do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais Os Titulares de CRA deverão manifestar o voto por Boletim de Voto a Distância, sendo válidas quaisquei comunicações de voto enviadas fisicamente para a sede da Securifizadora, com aviso de recebimento, qua seja, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 550, 4º andar, Cidade Monções, CEP 04.571-925, São Paulo Estado de São Paulo ou enviados para o endereço eletrônico assembleias@provinciasecuritizadora.com.br desde que (i) recebidos até o horário de início da AGT, (ii) com cópia dos documentos de representação e (iii) assinatura do Boletim de Voto a Distância, devidamente preenchido, por meio de certificados digitais que atendam aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis no seguinte link http://provinciasecuritizadora.com.br/1a-serie-2a-emissao-2/. São Paulo, 08 de abril de 2022. Monica Miuki Fujii - Diretora de Relação com Investidores.

Baumer S.A. ■

3.000

(1.929

1.071

(1.929)

REINALDO DANTAS - Contador CRC 1SP 110330/O-6

Companhia Aberta CNPJ nº 61.374.161/0001-30 - NIRE 35.300.027.213 vocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Ficam os acionistas da Baumer S.A. convocados para a Assembleia Geral Ordinária e para Assembleia

Geral Extraordinária da Baumer S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ sob o nº 61.374.161/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.027.213, registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o código 00156-2, com sede na cidade de Mogi Mirim, estado de São Paulo, na Avenida Prefeito Antônio Tavares Leite, nº 181, CEP 13.803-330 ("Companhia"), na modalidade Semipresencial, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 16h30, na sede da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) em sede de Assembleia Geral Ordinária: (1) exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras, e Parecer da Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; (2) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (3) fixação da remuneração anual dos membros da Diretoria; (4) eleição dos membros do Conselho Fiscal; (5) exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração para aumento de capital da Companhia de R\$ 41.000.000,00 para R\$ 51.000.000,00, através de incorporação de parte do saldo da conta de Reservas de Retenção de lucros; (6) exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração para aprovar a autorização para aumento de capital, em até 50.000.000,00, independente da reforma do Estatuto, nos termos do artigo 168 da Lei 6.404/76; e (b) em **sede de Assembleia Geral Extraordinária: (1)** exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo II - Do Capital Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere a definitor in - Do capital Social e Ações, Artigo 7°; (2) exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo III - Da Administração, Artigo 10°; (3) exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere ao Capítulo III - Da Administração, Artigo 11º; e (4) exame, discussão e votação da proposta do Conselho de Administração de alteração e consolidação do Estatuto Social no que violação de proporta do Coriseiro de Administração de atribução de constitución de Administrações de resultados Artigo 33°. Informações Gerais: Para participar da AGOE, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante: (ii) documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa juridica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista ("Documentos"). Solicita-se aos senhores acionistas que os Documentos sejam enviados ao e-mail ri@baumer.com.br com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE, observado que os acionistas que comparecerem presencialmente à AGOE poderão dela participar e votar se estiverem munidos dos Documentos, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente à Companhia. A participação dos acionistas na AGOE, será de forma SEMIPRESENCIAL, na sede da Companhia, localizada na Avenida Prefeito Antônio Tavares Leite 181 Distrito Industrial Llosé Marangoni CEP il 3,803-330, no município de Mogi Mirim/SP e de forma digital, acessível pelo aplicativo "ZOOM", cujo acesso será disponibilizado pela Companhia, através do correio eletrônico <u>ri@baumer.com.br</u>, 24 horas antes da realização da assembleia. Para maiores instruções, acesse https://bit.ly/AGO-29-04-2022. Mogi Mirim, 07 de abril de 2022, Ruy Salvari Baumer, Presidente do Conselho de Administração

Companhia Província de Securitização =

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de 2º (Segunda) Convocação de Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 1º Emissão
Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares" e "CRA") da Série Única da 1º (Primeira) Emissão da Companhia Província de Securitização ("Securitizadora") e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiducário") a reunirem-se em Assembleia Geral dos titulares dos CRA ("AGT"), nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do Termo de Securitização da Emissão ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artino 22, item "I" da Instrucão CVM da Emissão ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 22, item "i" da Instrução CVM nº 600, de 01 de agosto de 2018 ("Instrução CVM 600"), a ser realizada na data de 18 (dezoito) de abril de 2022, às 09:30 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no \$2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Instrucão da pera decantizadora, contomia previsar no 32 de da il. 124 de Est de Valores Montaliarios nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625" e "CVM", respectivamente), sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo, deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado da Emissão referente ao exercício financeiro findo em terinoristações contactes do Patinificial Separado da Enissado reterine ao exectora intarceiro mitod em 31/12/2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes; (ii) decretar ou não o vencimento antecipado da Cédula de Produtor Rural com Liquidação Financeira, emitida pelo Devedor em 27 de setembro de 2021, conforme aditada ("CPR-F") e, consequentemente, dos CRA, em razão da não apresentação dos Contratos Mercantis e, conseguinte, a não celebração das Notas de Cessão Fiduciária, cumprimento do Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, e das demais obrigações não pecuniárias electronados a formalização do acesão fiduciária, e das demais obrigações não pecuniárias relacionadas a formalização da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, caracterizando a ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado nos termos previstos na cláusula 7.2., inciso "xxiii" da CPR-F; (iii) caso seja deliberado o não vencimento antecipado da CPR-F, na ciausula 7.2., incisso xxiii da CPH-F; (iii) caso seja deiinerado o nao vencimento antecipado da CPH-F, nos termos do item (i) actima, autorizar que o Devedor deposite na Conta do Patrimônio Separado, até o día 29 de abril de 2022, o valor de, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor da próxima PMT ("Cash Collateral"), devendo o Cash Collateral permanecer depositado na Conta do Patrimônio Separado até a data de pagamento da próxima PMT; (iv) autorizar ou não a faculdade ao Devedor de não formalizar a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, mediante a constituição do Cash Collateral, com antecedência de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento constituição do cash Collateral, com antecedencia de 90 (noventa) dias contados de data de pagamento das próximas PMT, sem que isso acarates qualquer penalidade prevista nos Documentos da Operação, e (v) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. Informações Gerais: Em virtude da Pandemia de COVID-19 e em linha com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Oficio-Circular nº 6/2020/CVM/SIN, veiculado pela Comissão de Valores Mobiliários em 26 de março de 2020, a AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT para o e-mail assemblejas@ provinciasecuritizadora.com.br e para o Agente Fiduciário, indicando no assunto "CAR Produceres", observando o disposto na ICVM 625 e conforme documentação abaixo: a. Quando Pessoa Fisica: Cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. Quando Pessoa Jurídica: (a) Jurídica: (a) Litimo estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; d. Quando Representado por Procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.6. do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Conforme disposto no art. 12.2.6. do Termo, os Titulares de CRA deverão manifestar o voto por Boletim de Voto a Distância, sendo válidas as comunicações de voto enviadas fisicamente para a sede da Securitizadora, com aviso de recebimento, qual seja, Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 550, 4º andar, Cidade Monções, CEP 04.571-925, São Paulo, Estado de São Paulo ou enviados para o endereço eletrônico assemblelas@provinciasecuritizadora.com.br desde que (i) recebidos até o horário de início da AGT. (ii) com cópia dos documentos de representação e (iii) assinatura do Boletim de Voto a Distância, devidamente preenchido, por meio de certificados digitais que atendam aos requisitos da Infraestruar de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil. Os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT estão disponíveis no seguinte link http://provinciasecuritizadora.com.br/1a-serie-1a-emissao/. São Paulo, 08 de abril de 2022. Monica Miuki Fujii - documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira. verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 53AC-3A45-BFC9-7CFF.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/53AC-3A45-BFC9-7CFF ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 53AC-3A45-BFC9-7CFF



Hash do Documento

A061DEFF1CC700A25DBACD0826B59E0DC4762C8FD60AD400E76794DFAA58C326

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES) DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/04/2022 05:57 UTC-03:00 **Tipo:** Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS

REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00









Empresa Transmissora Baiana S.A. - ETB

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposic	cões legais e estatutárias, submetemos à apreciaçã	o de V.Sas, as Demonstrações Contábeis relativas aos exercício	os findos em 31/12/2021 e 2020. Colocamo-nos à sua disposição para	os esclarecimentos que se fizerem necessários

Jornal O DIA SP

(Em milhares de reais - R\$)

Balanço Patrimonial							
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020					(Em mi	lhares de r	eais - R\$)
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Circulante		251.270	246.793	Circulante		115.136	127.249
Caixa e equivalentes de caixa	4	713	311	Debêntures	9	14.546	12.788
Investimento de curto prazo	5	54.048	71.823	Arrendamentos a pagar	16.3	581	112
Concessionárias e permissionárias	6	20.611	18.713	Fornecedores	10	7.363	14.096
Impostos a recuperar		1.220	5.981	Salários, férias e encargos sociais		1.525	1.612
Adiantamento a fornecedores	7	33.194	20.578	Tributos e contribuições sociais a recolher		3.207	3.296
Ativo contratual da concessão	8	141.360	129.227	Contribuições diferidas	12	13.075	11.952
Outros ativos		124	160	Dividendos - Partes relacionadas	16.2	26.717	37.686
Não Circulante		1.381.801	1.244.109	Provisões pré-operacionais	13	37.327	44.053
Concessionárias e permissionárias	6	3	-	Adiantamento de clientes		8.666	1.221
Ativo contratual da concessão	8	1.380.933	1.243.686	Outros passivos		2.129	433
Depósitos judiciais		46	_	Não Circulante		1.135.509	1.025.056
Direito de uso sobre arrendamento		819	423	Debêntures	9	840.527	757.584
				Arrendamentos a pagar	16.3	270	348
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	161.527	151.708
				Contribuições diferidas	12	127.736	115.040
				Provisão para contingências	14	60	-
				Adiantamento de clientes		5.389	376
				Patrimônio Líquido		382.426	338.597
				Capital social	15.1	100.244	100.244
				Reservas de lucros		282.182	238.353
Total do Ativo		1.633.071	1.490.902	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.633.071	1.490.902

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Heservas de lucros						
	Capital	Reserva	Especial para dividendos	Reserva de	Reserva	Lucros (prejuízos)	
<u>Descrição</u>	social	Legal	não distribuídos	lucros a realizar	de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	65.164	5.660	26.695		85.004		182.523
Transferência da Reserva de lucros para Reserva de lucros a realizar				85.004	(85.004)		
Aumento de Capital	35.080	_	_	-	_	_	35.080
Lucro líquido do exercício	_	_	_	-	_	158.680	158.680
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	7.934	_	-	_	(7.934)	_
Dividendos mínimos obrigatórios	-	_	_	-	_	(37.686)	(37.686)
Reserva de lucros a realizar				113.060		(113.060)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100.244	13.594	26.695	198.064			338.597
Dividendos adicionais	_	_	(26.695)	(15.250)	_		(41.945)
Lucro líquido do exercício	-	_	_	-	-	112.491	112.491
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	5.624	_	-	-	(5.624)	_
Dividendos mínimos obrigatórios	_	_	_	-	_	(26.717)	(26.717)
Reservas de lucros					80.150	(80.150)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	100.244	19.218		182.814	80.150		382.426

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto operacional: A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("Companhia" ou "ETB"), com sede na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala U, Vila Olímpia - São Paulo - SP, foi constituída em 24 de maio de 2016 e tem como propósito específico planejar, implantar, construir operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A., que detém 51% das ações ordinárias. Adicio-nalmente, a Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura detém 49% das ações ordinárias. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão Prazo (anos) Vigência até 2046 Indice de correção IPCA (") A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5°, 10° e o 15° ano do período de concessão. RAP do ciclo 2021-2022, conforme resolução homologatória n° 2.895. Em 24 de julho de 2020 a Companhia obteve autorização para início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Juazeiro III -Ourolândia II e em 23 de outubro de 2020, recebeu do ONS, na mesma data, o Termo de Liberação Definitivo - TLD, autorizando o início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Trans-missão de 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Gentio do Ouro II, a partir de 16 de outubro. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorpo ração ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores e sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão". Impactos da COVID-19: Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de trapeniesão a subsetações e a desengado as recompandações das autoridades explitárias em localidas. radores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua. Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos de assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia. A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Betomada das Atividados Presençiais. cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de collaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho re refleições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19. Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir: Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, asse urada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de de por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As de foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2022. 2.1. **Declaração de confor-midade**: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformida-de com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Leidas Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo rodas as informações terevariates proprias das terinoristanções contientes e sortiente etas, estato sentre evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de preparação e apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (RS), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. 2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores projetações contábeis. Estimativas e promissas são. nificativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimer to do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, consti-tuição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas. Contabilização de contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual: A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é rapares de divide contrata internizava e identificada qualito a implementação da intraestrutura finalizada. Determinação da margem de lucro: A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A portene de construção 4 existente qualificante por estados por consideram a construção 4 existente qualificante por construção 4 existente por construções do constru margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Determinação da taxa de desconto do ativo contratual: A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contra to de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Pode Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. Determinação das receitas de implementação de infraestrutura: Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margen estimada para cada empreendimento/projeto. Determinação das receitas de operação e manutenção Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contrarper tação dos serviços. PV (Parcela variável): A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. 3. Sumário

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos inco ridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, d Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de In plantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o client (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pel prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerer ciamento e/ou acompanhamento da obra, atém de determinadas despesas do exercício, por esta motivo os projetos embutem marcem sufficiente visando cobrir os custos em questão e também de motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também do tributos e encargos regulatórios. 3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Reference de con se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor do investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contra tual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a recebe do fluxo futuro de recebimento de caixa. 3.1.3 Receitas de operação e manutenção: As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetro. regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação ema tenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa d Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante. 3.1.4 Receitas de juros: A receita de juros decorreda ablicações financeiras é calculadas com base a palicação do tava de úsus efetiva, pelo para de ablicações financeiras é calculadas com base a palicação do tava de úsus efetiva, pelo para de de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo d corrido, sobre o valor do principal investido. 3.2 Ativo contratual da concessão: Conforme previsto contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de servico. O concessionário implementa ta, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manu-tenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura a parcela de ativo contratual equivalente à contrarrestação, daquela mês é aquela mes estrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do energia e estimado no inicio do a concessao de em eventuar prorriogação, sendo nomitado por miero do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de rec nerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 9,50% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida o a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em conces-sionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. 3.3 Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de re como vator justo por intelo do resultado. So ativos interioristo totari avaltados por indicadores de dução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é regis trada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. 3.4 Provisão para redução ao valor de recuperável de ativos: A Administração da Companhia revisa anualmente contratadores de la contratadores d valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, po meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução provável valor de recuperação dos ativos. 3.5 Passivos financeiros: Todos os passivos financeiror mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiror seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíve Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante) Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante) emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitos a juro são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efe tiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. 3.6 Instrumentos financeiros - Apresentação Ifiquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.7 Encargos regulatórios: Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de gramas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionarias transmissoras e geradoras e energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmisso de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos. 3.8 Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação vestimentos. 3.9 Provisoes s'ano reconnecidas quando à Compannia possui uma contigação presente (gaga ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma conflável. 3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas: As provisões para demandas judiciais e administrativas: As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções (físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.9 Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de di reito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do ndamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, 3.10 Tributação: 3.10.1 Tributos sobre a receita: As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (OOFINS) - 7,6%, 3.10.2 Imposto de renda e contribuição social da Companhia são

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	(Em mi	ilhares de i	reais - R\$)
•	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operação e manutenção		22.593	6.679
Receita de implantação de infraestrutura		_	504.796
Remuneração ativo contratual da concessão		259.682	144.088
Receita Operacional Líquida	17	282.275	655.563
Custos Operacionais			
Custo de infraestrutura	18	(4.798)	(368.222)
Custo dos serviços prestados	19	(10.620)	(1.157)
		(15.418)	(369.379)
Lucro Bruto		266.857	286.184
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e gerais		(1.553)	(365)
Pessoal		(1.786)	_
Outras receitas		127	
		(3.212)	(365)
Lucro Antes Do Resultado Financeiro		263.645	285.819
Despesas financeiras	20	(143.379)	(36.689)
Receitas financeiras	20	2.044	730
		(141.335)	(35.959)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		122.310	249.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11 e 21	(9.819)	<u>(91.180)</u>
		(9.819)	(91.180)
Lucro Líquido do Exercício		112.491	158.680

Demonstração do Resultado Abrangente

Lucro Líquido do Exercício	31/12/2021 112.491	31/12/2020 158.680
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia Resultado Abrangente do Exercício	112.491	158.680

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		122.310	249.860
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação	19	589	170
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos			
e variações monetárias líquidas)	9c e 20	126.641	75.204
Receita de aplicações financeiras		(2.186)	(4.710)
Descontos financeiros obtidos	20	(2)	(188)
Contribuições diferidas		13.819	62.509
Provisão para contingências		60	_
		261.231	382.845
(Aumento) redução no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(1.901)	(18.713)
Adjantamento a fornecedores		(12.616)	(20.578)
Impostos a recuperar		4.761	
Ativo contratual da concessão		(149,380)	(675.783)
Outros ativos		(10)	11.802
		(159.146)	(703.272)
Aumento (redução) no passivo		((. 55.2. 2)
Fornecedores		(6.731)	11.663
Salários, férias e encargos sociais		(87)	(620)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(89)	(72)
Adiantamentos de clientes		12.458	(12)
Provisões pré-operacionais		(6.726)	44.053
Outros passivos		1.677	2.029
Oditos passivos		502	57.053
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas)			
atividades operacionais		102.587	(263.374)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		102.301	(203.374)
Resgates de investimentos de curto prazo		182.296	338.059
Aplicações em investimentos de curto prazo			
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		(162.335) 19.961	<u>(69.939)</u> 268.120
Caixa liquido proveniente das atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		19.961	268.120
			05.000
Aumento de capital	40.5	(70.05.)	35.080
Pagamento de dividendos	16.2	(79.631)	- (00.7)
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos		(715)	(205)
Amortização e pagamento de juros de debêntures	9с	(41.800)	(39.621)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(122.146)	(4.746)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		402	
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caix	а		
Saldo no início do período		311	311
Saldo no final do período Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		713 402	311

ulados pelo regime do lucro real. A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE até 31 de dezembro de 2030, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração. Conforme a Resolução nº 323/2018 do Ministério de Integração Nacional base no lucro da exploração. Conforme a resolução nº 32.32/2018 os on ministerio de integração Nacional e Laudo Constitutivo nº 19/2021, a Companhia possui direito a fruição do novo beneficio a partir da entrada em operação do projeto de ampliação da infraestrutura. 3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despedente de atentada e a contribuição a contribuição a contribuição de definidad de a contribuição de contribuição de definidad de a contribuição a contribuição a contribuição a contribuição a contribuição. sa de imposto de renda e contribuição social diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo aliquidado, com base nas alíquidads de ser aplicavel no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquidads de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. 3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia adotou a
partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações
contábeis. • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa
de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concadidos
con Acederáticios em Contesta de Contes para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. 3.12 Normas itidas ou alteradas, mas ainda não vigentes: As no emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda a concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

S	4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2021	31/12/2020
e	Caixa e equivalente de caixa:	710	044
n	Numerário disponível	713	311
- -	5. Investimentos de curto prazo:	31/12/2021	31/12/2020
-	Investimentos de curto prazo		
a	Aplicações financeiras em fundo de investimentos	54.048	71.823
o s r	As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energi renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depós média, a 100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (95,87% do CDI en	ito Interbancá	rio - CDI, em
0	Concessionárias e permissionárias: Concessionárias e permissionárias	31/12/2021	31/12/2020

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS). 7. Adiantamento a forne-cedores: A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 33.194 (R\$ 20.578 em 31 de dezembro de 2020) referente a adiantamentos a fornecedores de materiais para a operação do emprendimento 8 Ativo contratual de concessão: Movimentação do ativo contratual de concessão:

20.611

20.614

18.713

18.713

ipreendimento. 8. Ativo contratual da concessao: Movimentação do ativo contratual da concessão:						
ovimentação de contas a receber ativo financeiro e ativo contratual						
ildo em 31 de dezembro de 2019 - Ativo contratual	697.130					
Receita de operação e manutenção (nota 17)	7.546					
-) Parcela variável (nota 17)	(179)					
Remuneração do ativo contratual da concessão (nota 17)	158.924					
Receita de infraestrutura (nota 17)	556.771					
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(47.279)					
ıldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual	1.372.913					
Receita de operação e manutenção (nota 17)	25.858					
-) Parcela variável (nota 17)	(775)					
Remuneração do ativo contratual da concessão (nota 17)	288.305					
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(164.008)					
ildo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	1.522.293					
ivo contratual da concessão - circulante	141.360					
ivo contratual da concessão - não circulante	1.380.933					
	1 522 293					

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término vador do atrod microlinizaderi, lederente ao informatie que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final de concessão. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quan-do da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional

 31/12/2021
 31/12/2020
 Principal
 Custo a amortizar

 14.546
 12.788
 855.247
 (14.720)

Circulante

Não Circulante

31/12/2021 840.527

9. Debêntures: a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Em 15 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 715.000 debêntures, totalizando El 13 de dezembro de 2016, a companima realizot a 2 El missad ver 13.000 elementales, folialization (S. 13.000), simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6.404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 10 anos e 2 meses contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de feve reiro de 2029. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de fevereiro de 2024 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de fevereiro de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no da 1 s dos meses de levereiro a agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de agosto de 2019 e o último pagamento na data de vencimento (15 de fevereiro de 2029). A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis da Alupar Investi-mento S.A. (fladora). A Companhia estará sujeita a índices financeiros calculados a partir de suas demonstrações regulatórias apenas na hipótese de emissão de novas debêntures. Em 31 de dez de 2021, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas. b. Em 31 de dezembro de 2021, às

 Vencimento
 (% a.a.) Taxa efetiva
 Encargos

 15/02/2029
 IPCA +5.34%
 16.933

2022 2023 2024 2025 2026 2027 Após 2027 Total 16.933 - 68.420 85.525 85.525 94.077 521.700 872.180 (2.387) (2.387) (2.387) (2.387) (2.387) (2.785) (2.785) (17.107) 14.546 (2.387) 66.033 83.138 83.138 91.690 518.915 855.073 Todos os recursos obtidos com as de

ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:								
Moeda nacional		Provisão de	Amortização	Amorti-				
	Saldo inicial	encargos	de custos	zação do	Saldo final			
Instituições financeiras/credores	31/12/2020	(nota 20)	(nota 20)	encargos	31/12/2021			
<u>Debêntures</u>								
Debêntures - 2ª Emissão	770.372	124.114	2.387	(41.800)	855.073			
	770.372		2.387		855.073			
Moeda nacional		Provisão de	Amortização	Amorti-				
	Saldo inicial	encargos	de custos	zação do	Saldo final			
Instituições financeiras/credores	31/12/2019	(nota 18 e 20)	(nota 18 e 20)	encargos	31/12/2020			
<u>Debêntures</u>								
Debêntures - 2ª Emissão	734.836	72.770	2.387	(39.621)	770.372			
	734.836	72.770	2.387	(39.621)	770.372			
10. Fornecedores: O saldo do co	ontas a pagar	a fornecedores	da Companhia	represent	a obrigaçõe:			
com fornecedores de hens comp	radne a carvin	oc proctodos po	ource normal	do nogópio	aua cará li			

com fornecedores de bens comprados e serviços prestados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 7.363 (R\$ 14.096 em 31 de dezembro de 2020). 11. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o recontribuição de contribuição social diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o recontribuição social de contribuição social diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o recontribuição social de contribuição social d nhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 - orientação contratos de concessão e

das principais práticas contábeis: 3.1 Reconhecimento da receita: Os concessionários devem

registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando

prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somentic quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da

Companhia são classificadas nos seguintes grupos: 3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura:

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação

ETB - Empresa de Transmissora Baiana S.A. - CNPJ nº 24.870.961/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

31/12/2021

31/12/2020

	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição
	de renda	social	de renda	social
	diferido	diferida	diferido	diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	851	851	460	460
Diferido do ativo contratual	140.812	140.812	126.994	126.994
Outros	638	638		
Subtotal	142.301	142.301	127.454	127.454
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção				
conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	220.009	220.009	171.909	171.909
Diferido do arrendamento mercantil	819	819	424	424
Diferido do ativo contratual	514.232	514.232	401.320	401.320
Subtotal	735.060	735.060	573.653	573.653
Base de cálculo	592.759	592.759	446.199	446.199
Imposto diferido - base de cálculo	379.367	592.759	446.199	446.199
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	213.392	-	_	-
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%			
Total tributo alíquota efetiva	94.842	53.348	111.550	40.158
Total tributo alíquota incentivada	13.337			
Total IRPJ e CSLL diferido	108.179	53.348	111.550	40.158
Total IR e CS alíquota aplicada		148.190		151.708
Total IR e CS alíquota incentivada		13.337		
		161.527		151.708
A movimentação do imposto de renda e contri	buição soc	ial diferidos se d	eram confor	me a seguir:
•				Lucro Rea
Dezembro Movimenta	ção Dezen	nbro	Movimenta	ção Dezembro

				101.521	_	151.706		
A movimentação do i	mposto de re	enda e contribuiç	ão social di	feridos se d	eram conforme	a seguir:		
	Lucro Real							
	Dezembro	Movimentação	Dezembro		Movimentação	Dezembro		
		no resultado		Reclassi-	no resultado)		
	2019	(nota 21)	2020	ficação	(nota 21)	2021		
Imposto de renda					,			
diferido	44.506	67.044	111.550	83	(3.454)	108,179		
Contribuição social					(/			
diferida	16.022	24.136	40.158	(83)	13.273	53,348		
	60.528	91.180	151.708		9.819	161.527		
12. Contribuições s	ociais diferio	das:						
					31/12/2021	31/12/2020		
Passivo circulante					13.075	11.952		
PIS Diferido					2.332	2.132		
COFINS Diferido					10,743	9.820		
Passivo não circula	nte				127,736	115.040		
PIS Diferido					22,785	20.521		
COFINS Diferido					104.951	94.519		

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remune ção do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contá bil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. 13. Provisões pré-operacionais A Companhia possui R\$ 37.327 em aberto em 31 de dezembro de 2021 referente às provisões pré-operacionais (R\$ 44.053 em 31 de dezembro de 2020). As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembol-so financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores. 14. Provisões para contingências: O cálculo dos valores a serem pelo laturamento de fornecedores. 14. Provisces para contingencias: O calculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas ou arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota. (a) Perda Provável: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se a: (i) Demandas Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021 dade de perda provavei resument-se a: (1) Demandas Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021 existem quatro processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco aproximado de R\$ 60. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhum processo classificado com probabi-lidade de perda provávei desta mesma natureza. (b) Perda Possívei: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como pro-babilidade possível de perda: (i) Demandas Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia oossui 31 (trinta e um) proces os judiciais de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 1.088. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 17 (dezessete) processos judiciais desta mesma natureza com valor em risco de R\$ 950. (ii) Demandas Arbitrais: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuí 01 (um) procedimento arbitral de natureza cível com valor em risco de R\$ 41.990. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o mesmo procedimento arbitral de natureza cível com alor em risco de R\$ 39.257. Destaca-se que referida variação reflete mera atualização do valor em valor in risco. Procedimento Arbitral nº 32/2020/SEC7, instaurado pela ICSK Brasil Construção Ltda. em face da ETB, perante CENTRO DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ. Trata-se de procedimento arbitral instaurado para dirimir controvérsia decorrente do Contrato de Empreitada a Preço Unitário e Prazo Determinado nº ETB_JU_COM_0015-18. 15. Patrimônio líquido: 15.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 100.244 composto por 255.897 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem va A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte

	31/12/2	021 e 2020
	Quantida	ade %
Acionistas		
Alupar Investimento S.A.	130.	508 51%
Perfin Apollo Energia FIP-IE	125.	389 49%
Total das ações	255.	897 100%
15.2 Reserva legal e destinação do resultado: A reserva legal é calculada	a com base en	15% do lucro
líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capita	al social. De a	cordo com o
Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como di	videndo mínim	no obrigatório
não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líd	quido do exerc	ício ajustado.
Destinação do resultado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	112.491	158.680
Constituição de reserva legal (5%)	(5.624)	(7.934)
Subtotal	106.867	150.746
Dividendos mínimos obrigatórios	(26.717)	(37.686)
Reserva de lucros a realizar	_	(113.060)
Reserva de lucros	(80.150)	
Saldo de lucros/(prejuízos) acumulados		
40 0 1 1 1 404 0 7 1 11 41 111 7 4	~ 1	A 1

ção inclui diretoria e conselho de administração e é composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 2021 não houve remuneração para a alta administração (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2020). 16.2 Dividendos: Em 03 de março de 2021, a Companhia, através de assembleia geral extra-ordinária, declarou e pagou dividendos à conta de reserva especial para dividendos não distribuídos no montante total de R\$ 26.695. Em maio de 2021 a Companhia pagou os dividendos mínimos obriga-tórios referentes ao exercício de 2020, no valor de R\$ 37.686. Em 29 de outubro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, declarou e pagou dividendos à conta de reserva de lucros a realizar no montante total de R\$ 15.250. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui em 26 717 (B\$ 37 686

A Diretoria

CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 851 (R\$ 460) em 31 de dezembro de 2020). 17. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida é com

posta da seguinte forma:		
	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	313.388	723.062
Receita de operação e manutenção (nota 8)	25.858	7.546
(–) Parcela variável (nota 8)	(775)	(179)
Receita de infraestrutura (nota 8)	-	556.771
Remuneração do ativo de concessão (nota 8)	288.305	158.924
Deduções da receita operacional	(31.113)	(67.499)
Programa de Integração Social - PIS	(5.170)	(11.930)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(23.817)	(54.952)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(588)	(171)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(588)	(171)
Ministério de minas e energia - MME	(294)	(85)
Taxa de fiscalização	(656)	(190)
Receita operacional líquida	282.275	655.563
18. Custo de infraestrutura:		
	31/12/2021	31/12/2020
Custo de infraestrutura		
Pessoal	(4.798)	(7.935)
Material	-	(32.888)
Serviços de terceiros	-	(279.150)
Depreciação e amortização	-	
Provisões	_	(6)
Seguros	-	(160)
Tributos estaduais - OUTROS	-	(1.119)
Tributos estaduais - ICMS	-	(8.031)
Receitas financeiras	-	4.365
Custo de empréstimos capitalizados (nota 9c)	-	(38.516)
Outros		(4.782)
Total custo de infraestrutura	(4.798)	(368.222)
19. Custo dos serviços prestados:		
	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(6.766)	(938)
Material	(406)	(69)
Serviços de terceiros	(1.743)	(76)
Depreciação e amortização	(589)	(170)
Aluguéis	(810)	133
Seguros	(161)	(37)
Tributos e taxas	(101)	
Outros	(44)	
Total custos dos serviços prestados	(10.620)	(1.157)
-		

(Em milhares de reais, exceto quando indicado	lo de forma	diferent
20. Receitas e despesas financeiras:	31/12/2021	31/12/202
Receitas financeiras	2.044	73
Receita de aplicações financeiras	2.079	36
Descontos obtidos	2	18
Outros	(37)	17
Despesas financeiras	(143.379)	(36.689
Encargos sobre debêntures (nota 9c)	(124.114)	(35.890
Custos de captação de dívida amortizado (nota 9c)	(2.387)	(751
Fiança	(16.475)	
Juros sobre arrendamentos	(121)	(47
Atualização monetária	(19)	
Outros	(263)	(1
Total líquido	(141.335)	(35.959
 Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa 	calculada pela	aplicação d
alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e cont	ribuição social	apurados

alíquotas fiscais combinadas e da despesa de regime do lucro real e debitada em resultado é d		uıçao socı	al apurados r
21. Imposto de renda e contribuição social: A			
Total líquido		(141.335)	
Outros		(263)	(1

	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição
	de renda	social	de renda	socia
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	122.310	122.310	249.860	249.860
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	132.892	132.892	(147.791)	(147.791)
Receita Remuneração da Concessão -				
Art. 84 inciso I IN 1515/14	(180.992)	(180.992)	22.628	22.628
Ativo contratual CPC 47	(99.094)	(99.094)	(143.047)	(143.047)
(+) Outros	898	898	445	445
Prejuízo Fiscal	(23.986)	(23.986)	(17.905)	(17.905)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%		10%	
Total dos tributos correntes				
Total dos tributos diferidos (nota 11)	3.454	(13.273)	(67.044)	(24.136)
Despesa total com tributos	3.454	(13.273)	(67.044)	(24.136)
Alíquota efetiva	8	,03%	3	6,49%
Em 2021 a Superintendência do Desenvolvimento	do Nordes	te - SUDENE	aprovou o	enquadrament

da Companhia ao beneficio fiscal de redução de imposto de renda. Desta forma a Companhia apresen-tou variação relevante com relação à alíquota efetiva, entre os exercícios de 2021 e 2020. 22. Instru-mentos financeiros: 22.1 Considerações gerais: A Companhia mantém operações com istrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na comparados com os valores que poderíam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. 22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros: Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas consideraçãos de la comparado a la consideração de la cons por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito

	31/12/2	.021	31/12/2	2020		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
<u>ivo</u>						
aixa	713	713	311	311	_	Custo amortizado
estimentos de curto prazo	54.048	54.048	71.823	71.823	Nível II	Valor justo por meio de resultado
oncessionárias e permissionárias	20.614	20.614	18.713	18.713	_	Custo amortizado
·	75.375	75.375	90.847	90.847		
ssivo						
rnecedores	7.363	7.363	14.096	14.096	_	Custo amortizado
ebêntures	855.073	855.073	770.372	770.372	_	Custo amortizado
	862.436	862 436	784 468	784 468		

22.3 Hierarquia do valor justo: Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II. 22.4 Gestão de Riscos: 22.4.1 Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas: Como a Companhia está em fase de construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de teceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeira a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. 22.4.2 Risco de contencioso: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos A Compannia e para em oversos processos judiciais e administrativos, que sao acompannados peros seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de éxito final das causas. O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a o cocriência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração e responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. 22.4.3 Risco de taxas de juros: A Atualização das debêntures está vinculada a variação do IPCA. 22.5 Riscos resultantes de instrumentos financeiros: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: 22.5.1 Risco de crédito: A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.173 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS. vinculados a receb asica a aproximadamente 1.173 usuarios, com ciausula de garantia bancaria. Nato na risco de inadimpiencia, uma vez que as contais a receber da Compannia são garantidas peto OND.

22.5.2 Risco de liquidez: A principal fonte de caixa da Compannia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. 22.5.3 Risco de preço: As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que coorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base custo da TJLP. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. 22.5.4 Risco de interrupção do serviço; Em caso de interrupção do serviço; a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. 22.5.5 Risco técnico: A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financionais. ceiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável). 22.6 Análise de sensibilidade: 22.6.1 Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferente. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25 e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezei bro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

				Risco de	redução	Risco de	aumento
				Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
	Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	<u>(-50%)</u>	(-25%)	(+25%)	(+50%)
			10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
Investimento de curto prazo	CDI	54.048	5.745	2.875	4.308	7.183	8.621
22.6.2 Análise de sensibilidade ao risco da taxa d	e juros: Com a finalid	ade de verificar a sensibilidade o	lo indexador da dívida ao	qual a Companhia	a estava exposta na	a data-base de 31	de dezembro de
2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como	cenário provável, o ad	lotado pela Companhia, o IPCA	projetado foi obtido por m	eio do relatório Fo	ocus do Banco Cer	ntral de 31 de deze	mbro de 2021;a
partir deste parâmetro foram calculados os cenários l	e II com 25% e 50%	de queda de risco e os cenários	III e IV com 25% e 50% d	le elevação de ris	co respectivamente	Para cada cenário	o foi calculada a

despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

				Projeção Desp	esas Financeiras	- Um Ano	
				Risco de	redução	Risco de	aumento
				Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Taxa de J	uros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	<u>(-50%)</u>	(-25%)	(+25%)	(+50%)
			4,63%	2,32%	3,47%	5,79%	6,95%
<u>IPCA</u>	5,34%	855.073	87.365	66.558	76.916	97.813	108.262
		Taxa de Juros a.a. IPCA 5,34%		4,63%	Risco de Cenário	Risco de redução Cenário Cenár	Taxa de Juros a.a. Posição em 31/12/2021 Cenário Provável (-50%) (-25%) (+25%) 4,63% 2,32% 3,47% 5,79%

23 Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação conti ou previdencia privada (oride o pianto de aposentadoria e de cominada e de escuntidadoria, a cominada e actual de aposentadoria de actual de previdencia, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesec caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. 24. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumária os riscos considerados e correspondentes valores da 2022, esses dividendos serão abatidos dos dividendos mínimos obrigatórios prop

Risco/Objeto	Importância segurada	<u>Prêmio</u>	Término da vigência
Responsabilidade Civil	50.000	8	28/08/2022
Responsabilidade Civil	10.000	26	06/04/2022
Compreensivo Empresarial	54.771	155	06/04/2022
Total	114.771	189	
25. Eventos subsequentes: Em 14	de janeiro de 2022 o Conselho	o de Admii	nistração da Companhia

Projeção Receitas Financeiras - Um Ano

aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 30.000, pagos em 18 de janeiro de de 2021

Contadora: Patrícia Nalini Sávio Ferreira - CRC 1 SP 237063/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da ETB - Empresa de Transmissão Bajana S.A. - São Paulo - SP. de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima pridas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionalis de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do ercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre essas asuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual: Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$1.522.293 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão

requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como nonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros; i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos procedimentos de adolitoria incliniant, define outros. I) a avaitação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contra tualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibili dade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) aná lise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos notroles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas cons trutivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevan-te, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsa de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções bilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorcão relevan mente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as even tuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e interna cionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimen tos de auditoria em resposta a tais riscos, hem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e sufficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de audito-ria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso rela ocinipanina. Je concludintos que existe inicipal teca relevante, exemine, come inicipal contrata a tempos en mosso en trata a tempos en mosso en tempos en mosso en m nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresen podem revar a companina a nao mais se maner em comunicace operaciona. • Availantos a apresen-tação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e es ea se demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 7 de março de 2022



ERNST & YOUNG Eduardo Wellichen Contador - CRC-1SP184050/O-6



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3D93-2101-EAFF-E240 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3D93-2101-EAFF-E240



Hash do Documento

75E12B74C2A7BA9F916543EE32C1B9A2D212AE4837BDAB596F54E550BA64AFE0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/04/2022 05:57 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



2021 2020

2021 2020

MOBI ALL TECNOLOGIA S.A.

4.588

9.639

20 (10.415) (5.585) 20 (184) (104) (960) (1.101) 21 (513) (966) 21 217 221 (296) (745)

(1.256) (1.846)

(1.377) (2.035)

As notas explicativas da Administração são parte integra das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios

Jornal O DIA SP

Balanço Patrimonial em 31 de		021 e 202)	Demonstração de Resultado
(Em milhares o				findos em 31 de dezembro de 2021 e 202
Ativo	Notas	2021	2020	<u></u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.731	1.107	Receita operacional líquida
Contas a receber de clientes	5	5.266	4.474	Custos das mercadorias vendidas
Tributos a recuperar	6	1.561	1.127	Lucro bruto
Outros créditos		91	2	Despesas gerais e administrativas
Despesas antecipadas		927	57	Outras despesas, líquidas
Total do ativo circulante		13.576	6.767	Lucro antes do resultado financeiro
Despesas antecipadas		1.003	57	Despesas financeiras
Imobilizado	8	775	793	Receitas financeiras
Intangível	9	7.176	9.166	Resultado financeiro, líquido
Direito de uso	10	1.530	1.433	Prejuízo antes do imposto de renda
Total do ativo não circulante		10.484	11.449	e contribuição social
Total do ativo		24.060	18.216	Imposto de renda e contribuição social corrente
Passivo	Notas	2021	2020	Prejuízo do exercício
Fornecedores	11	2.144	918	As notas explicativas da Administração
Empréstimos e financiamentos	12	32	1.591	das demonstrações finar
Arrendamentos a pagar	13	588	383	Demonstração do Resultado Abrai
Obrigações trabalhistas	14	1.394	1.114	findos em 31 de dezembro de 2021 e 202
Obrigações tributárias	15	304	423	
Receitas diferidas	16	4.569	1.403	Prejuízo do exercício
Outros passivos		483	598	Outros resultados abrangentes
Total do passivo circulante		9.514	6.430	Total do resultado abrangente do exercício
Empréstimos e financiamentos	12	47	47	As notas explicativas da Administração
Arrendamentos a pagar	13	1.016	1.170	das demonstrações fina
Provisão de despesas		-	431	eventuais ajustes são reconhecidos como muda
Provisão para demandas judiciais	17	97	94	3.4 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos seg
Receitas diferidas	16	4.719	-	no reconhecimento inicial ao custo de aquisição
		5.879	1.742	riormente, deduzidos da amortização acumulad
Total do passivo não circulante				vel, quando aplicável. (i) Pesquisa e desenvolv.
Patrimônio líquido	17			
Capital social		17.938	17.938	de pesquisa, realizados com a possibilidade o
Ações em tesouraria		(1.469)	(1.469)	entendimento científico ou tecnológico, são reco
Prejuízos acumulados		(7.802)	(6.425)	me incorridos. Atividades de desenvolvimento e
,		8.667	10.044	visando à produção de produtos novos ou subs
Total do patrimônio líquido				gastos de desenvolvimento são capitalizados so
Total do passivo e do patrimônio líquid	0	24.060	18.216	volvimento puderem ser mensurados de mane
As notas explicativas da Adminis				processo forem técnica e comercialmente viáve
das demonstraçõe		g.a	-	cos futuros forem prováveis, e se a Companhia
Notas Explicativas às Demo		nceirae		tenção e os recursos suficientes para concluir
(Voleres expresses em s				vender o ativo. Os gastos de desenvolvimento o

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Mobi All Tecnologia S.A. (a "Companhia" ou "Navita"), fundada em 17 de agosto de 2009, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de atividades ligadas aos serviços de desenvolvimento, locação e venda de software, bem como serviços de con sultoria, treinamentos relacionados ao mesmo e (ii) participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de sócia ou acionista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, bem como quaisque atividades relacionadas à administração e participações societárias. Impac-tos da COVID-19: A pandemia da Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de servico, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido às paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva. Desta forma, a Administração da Compa nhia monitora de maneira continua a evolução da pandemia da Covid-19 no mercado no qual opera, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira e implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos. Em vista deste cenário, a Administração da Companhia revisa as expectativas de recuperabilidade de seus ativos financeiros e não financeiros na elaboração destas demonstrações financeiras, considerando as informações mais recentes disponíveis e refletidas nos planos de negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada deterioração na liquidez da Companhia, sua posição de caixa ou alavancagem que pudesse impactar o cumprimento de seus com promissos de curto prazo. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral dos pronun ciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e apro-vados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Compa-nhia em 16 de fevereiro de 2022. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. d. Julgamento e uso de estimativas contábeis: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhe cidas prospectivamente. (i) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas: Nota explicativa 10 e 13 - Prazo de arrendamento: se Compania tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação. (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos sal dos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 - Mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável: • Nota explicativa 9 - Principais premissas em relação aos valores recuperáveis. A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil. • Nota Explicativa nº 10 e 13 - Taxa de desconto aplicada nos arrendamentos; • Nota emplicativa 17 - Expectativa de perda dos passivos contingentes, avaliados em conjunto com a assessoria jurídica da entidade; (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financei ros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à me suração de valor justo. A administração revisa regularmente da váveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 22 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros.

a. Categoria de instrumen	tos financeiros					
***		Valor c			justo	
Ativos	Categoria	2021	2020	2021	2020	
Caixa e equivalente	Cuata amartizada	E 701	1 107	E 701	1 107	
de caixa (Nota 4)	Custo amortizado	5.731	1.107	5.731	1.107	
Contas a receber de	Custo amortizado	5.266	4.474	E 266	1 171	
clientes (Nota 5) Passivos	Custo amortizado	5.200	4.474	5.200	4.474	
Fornecedores (Nota 11)	Custo amortizado	2.144	010	2.144	918	
Empréstimos e	Ousto amortizado	2.144	310	2.144	310	
financiamento (Nota 12)	Custo amortizado	79	1.638	79	1.638	
Arrendamento a	Ouoto amortizado	70	1.000	,,	1.000	
pagar (Nota 13)	Custo amortizado	1.604	1.553	1.604	1.553	
3. Políticas contábeis: As						_
paração destas demonstra						
políticas foram aplicadas de						
salvo quando indicado de o						
clui caixa, saldos positivos						
possibilidade de resgate no	curto prazo (inferior	r a 90 dia	as) e se	m risco	de mu	-
dança de seu valor de mero						
por certificados de depósito	s bancários e opera	ções cor	npromis	sadas	, ambas	ŝ
com liquidez diária, demons	stradas ao custo de	aquisiçã	o, acres	cidas o	dos ren	-
dimentos auferidos até as da						
receber de clientes: As con						
das no balanço pelo valor n						
Pelo fato de as contas a rec						
médio inferior a 180 dias, os						
os valores justos nas datas						
valor recuperável é constitu						
suficiente para cobrir event						
avaliação individual dos cré						
de relacionamento com a C						
e mensuração: Itens do im aquisição ou construção, d						
redução ao valor recuperáv						
que são diretamente atribu						
construídos pela própria Co						
direta; quaisquer outros cu						
cessários para que esses s						
Administração; e custos de						
partes de um item do imobil						
das como itens individuais						
e perdas na alienação de						
entre os recursos advindos						
são reconhecidos em outra	s receitas/despesas	operaci	onais no	result	ado. (ii)
Custos subsequentes: Cu	ustos subsequentes	são ca	pitalizac	los na	medida	ı
em que seja provável que b	enefícios futuros as	sociados	s com o	s gasto	s serão)
auferidos pela Companhia.	Gastos de manuten	ıção e re	paros re	ecorrer	ites são)
registrados no resultado. (iii	i) Depreciação: Iter	ns do ativ	vo imob	ilizado	são de	-
preciados a partir da data en	m que são instalado	s e estão	dispon	íveis p	ara uso	,
ou em caso de ativos constr						
finalizada e o ativo está disp						
do linear no resultado do ex		a vida út	il econô	mica e	stimada	ì
de cada componente, como	segue:					
Descrição			% De	prec. a		
Máquinas e equipamentos					10	
Móveis e utensílios					10	
Computadores e periféricos						

a. Categoria de instrumentos financeiros

Computadores e periféricos

Equipamentos de comunicação

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Instalações

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.4 Intangível: Ativos intangiveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou desenvolvimento e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperá-
vel, quando aplicável. (i) Pesquisa e desenvolvimento: Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e
entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado confor- me incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os
gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou
processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiver a in-
tenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados
pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando identificadas. (ii) Gastos subsequentes: Os gastos
subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacio- nam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos
no resultado conforme incorridos. (iii) Amortização: A amortização é reco- nhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas
úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. <i>(iv) Ágio:</i> O ágio apurado na aquisição ou na subscrição
de capital em outra Companhia, é representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada
a partir da participação adquirida ou subscrição no patrimônio líquido da outra Companhia. O ágio gerado na aquisição de investimento que tem como funda-
mento econômico a rentabilidade futura não sofre amortização por não ter vida útil definida. 3.5 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um
arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período
de tempo em troca de contraprestação. <i>(i) Arrendamentos:</i> No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a
Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arren- damento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrenda-
mentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrenda- mento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reco-
nhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao
custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até
a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na
desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arreda-
mentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamen-
to, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de
direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo
subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por
redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas re- mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento
que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros impli- cita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediata-
mente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de descon-
to. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns
ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pa- gamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrenda- mento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos
fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de
início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de com-
pra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrenda-
mento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pa-
gamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo
com a garantia de valor residual, se a Companhia alterara sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamen-
to de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente
ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. (ii) Arrenda- mentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer
ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos
de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do ar-
rendamento. 3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido: A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável
do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de
forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: a) Imposto de renda
pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; b) Contribuição
social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9%. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos
normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito
periodicaline la posições assuminata de devidada com respeto a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à inter- pretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quan-
do adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. A Companhia tem apurado prejuízos acumulados e, por esse motivo não há sob essa rubrica
o reconhecimento de tributos a pagar. 3.7 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos
e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (I) ativos con- tingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com éxitos
prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingen- tes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os
montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perda possível são apenas divulgados
em nota. Os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados e (iii) obrigações legais são registradas
como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. 3.8 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o obje-
tivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, opera- cionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu
valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de <i>impairment</i> . Não
houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis. 3.9 Instrumentos financeiros - Reconheci-
mento inicial e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros: Classi- ficação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ati- vos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensu-
rados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a
qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam ativos financeiros mensurados ao valor justo. As compras e
as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de nego- ciação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o
ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente,
todos os riscos e os benefícios da propriedade. (b) Ativos financeiros men- surados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos pela Compa-
nhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratual de contratua
tuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa e contas a re-
aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa e contas a re- ceber de clientes. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do
resultado obtido. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que
determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como
não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois de precopiraçimento inicial de ativo. "I'um evento de predra" incorrido.
cido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmen-
te estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por
te estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir

i	2.329/0001-20			
l	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquio			
ı	findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milh Ações Preju		Total do	—
ı			rimônio	FΙι
ı		ados	líquido	Pre
ı	Em 1º de janeiro de 2020 17.938 (1.469) (4	.390)	12.079	Aju
ı	Prejuízo do exercício (2	2.035)	(2.035)	De
ı		6.425)	10.044	De
ı		.377)	(1.377)	Jur
ı		'.802)	8.667	Pro
ı	As notas explicativas da Administração são parte	integrante	•	Pe
ŀ	das demonstrações financeiras.	~		Pro
ı	zando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perda			(Aı
ı	na demonstração do resultado no momento da baixa dos p			Co
ı	durante o processo de amortização pelo método da taxa de			Trit
ı	Ajuste a valor presente: Os ativos e passivos monetários liação do impacto de ajuste a valor presente no registro in			Ou
l	levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a			Ad
ı	cita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e			١.
l	praticadas no mercado para transações semelhantes. S			Au
ı	esses juros são realocados nas linhas de despesas e rec			Co Ob
l	resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva			Ob
ı	aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia perio			Re
ı	deste procedimento. 3.11 Novos pronunciamentos: Não			Ou
ı	mas e alterações emitidas pelo CPC com vigência a partir			
•	2021, na opinião da Administração, que possam ter impa			Ca
	resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Compan		icativo no	Pa
	4. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020	Pa
	Caixa e bancos - conta movimento	124	606	Pa Ca
	Aplicações financeiras	5.607	501	Aq
		5.731	1.107	Flu
	As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3	meses da	a data de	Pa
	aplicação e são remuneradas pela taxa média de 100%	do Certi	ficado de	Pa
	Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31 de	dezembro	de 2021	Ca
	e 2020.			Au
	5. Contas a receber de clientes	2021	2020	Ca
	Contas a receber de clientes	5.724	4.857	Ca
	(-) Perda por redução ao valor recuperável	(458)	(383)	Au
	Oi	5.266	4.474	
	Composição dos saldos e por idade de vencimento: Vincendos	2021	2020	15.
	Valores a vencer	5.140	4.042	IRF
	valores a vericer	5.140	4.042	CC
	Vencidos	00		PIS
	De 1 a 30 dias	103	213	ISS
	De 31 a 60 dias	9	141	INS
	De 61 a 90 dias	2	15	Ou
	De 90 a 180 dias	12	63	
	Acima de 180 dias	458	383	16.
		584	815	ser
		5.724	4.857	a s
	A movimentação de perda por redução ao valor recuperáv			ser
	detalhada a seguir:	2021	2020	gei
	Saldos no início do exercício	(383)	(248)	tura
	Constituição de provisão	(75)	(135)	sub
	Saldos do final do exercício	(458) 2021	(383) 2020	é e
	6. Tributos a recuperar IRPJ a compensar	801	611	de
	PIS- Lei 10833/03	22	16	line
	COFINS - Lei 10833/03	100	73	Me
	CSLL - Lei 10833/03	486	360	En
	IRRF a compensar	83	7	Aci
	IRRF sobre aplicação financeira	50	41	
	Outros	19	19	Pa:
		1.561	1.127	Pa
	6.1. Tributo sobre o lucro: A Administração não reconh			17.
	renda e contribuição social diferidos sobre diferenças te			rac
	fiscal e base negativa da contribuição social. O prejuízo fis			pai
	reconhecido em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 2.984. C			opi
	ções orçamentárias, a Administração estima que os impos	tos diferid	os ativos,	um
	sejam realizados conforme demonstrado abaixo:		0004	pai
	2022		2021	me

2022	133
2023	345
2024	584
2025	817
2026	1.105
	2.984
7. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pe	

administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração em 31 de dezembro de 2021 R\$ 1.456 (R\$ 1.292 em 31 de dezembro de 2020), por seus serviços.

8. Imobilizado: 8.1. Compo	sição			2021	2020
Descrição		Custo	Deprec.	<u>Líquido</u>	Líquido
Máquinas e equipamentos		71	(48)	23	30
Móveis e utensílios		507	(344)	163	214
Computadores e periféricos		1.156	(877)	279	128
Instalações		68	(38)	30	37
Equipamentos de comunica		69	(40)	29	36
Benfeitorias em imóveis de t		730	,		343
Máquinas e equipamentos (5
Equipamentos para locação		3.798	(3.798)	-	
		6.425	,		793
8.2. Movimentação: Descri	ção		<u>Adições</u>	Deprec	
Máquinas e equipamentos		30			7) 23
Móveis e utensílios		214		- (5	
Computadores e periféricos		128		,	,
Instalações		37		,	7) 30
Equipamentos de comunica		36			7) 29
Benfeitorias em imóveis de t		343		- (9:	
Máquinas e equipamentos (área técnica)				2) 3
		793			
Descrição		2019			
Máquinas e equipamentos		37			7) 30
Móveis e utensílios		265		- (5	,
Computadores e periféricos		135			,
Instalações	_	45		,	7) 37
Equipamentos de comunica		43			7) 36
Benfeitorias em imóveis de t		446		- (10	
Máquinas e equipamentos (area tecnica)				3) 5
	. ~	978	31	(21	7) 793
9. Intangível: 9.1. Composi	•			0004	
	% Amort		A	2021	2020
Com vida útil			Amortiz.		
Sistemas de informação	10%	847	(480)	367	381

2.79	7	-	2.797	2.797
19.79	5	(12.620)	7.176	9.166
(*) Em 30 de julho de 2012 a Mobi All Tecno	logia	S.A. adqu	uiriu da In	formatec
Tecnologia Ltda. 465.385 mil ações preferer	ciais	pelo mon	tante de l	R\$ 2.750
mil, passando a obter 55% das ações e o o	ontro	ole da Con	npanhia. /	As ações
adquiridas estavam registradas por R\$ 180 r	nil, ge	erando um	ágio na d	operação
de R\$ 2.570 mil contabilizado na Mobi All Te	cnolo	gia S.A. E	m 20 de s	setembro
de 2012 ocorreu um aumento de capital de				
ção de mútuo entre as empresas, aumentar				
mil. O ágio foi fundamentado por Laudo Té				
qualificados e utilizando com parâmetro a e	cpect	tativa de r	entabilida	de futura
com base no EBTIDA da investida.				

Marcas e patentes Ágio - investimentos (*)

Sem vida útil

9.2. Movimentação	2020	Adições	Amortiz.	2021
Com vida útil				
Sistemas de informação	381	9	(21)	367
Desenvolvimento de produtos	5.988	702	(2.509)	4.012
	6.369	712	(2.530)	4.379
Sem vida útil				
Marcas e patentes	8	-	-	8
Ágio - investimentos	2.789	-	-	2.789
	2.797	-	-	2.797
	9.166	712	(2.701)	7.176
10. Direito de uso: A Companhia atua o palmente relacionados a imóveis.	como arre	ndatária e	m contrato	s princi
a. Movimentação do direito de uso			2021	2020
Direito de uso em 1º de janeiro			1.433	1.602
Novos contratos / remensuração			506	221
Depreciação			(409)	(390)
Direito de uso em 31 de dezembro			1.530	1.433
1. Fornecedores			2021	2020
ornecedores nacionais			1.082	596
ornecedores estrangeiros			1.062	322
· ·			2.144	918
O Empréstimos a financiamentos				

		12. Empresumos e imanciamentos	
2	ficação, reconhecimento e mensuração: A Companhia classifica seus ati- vos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensu-	Taxa média	
	rados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao	de juros	
··	valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a	Credor Modalidade Mês Ano Prazo 2021 2020	
2	qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021 e	Banco Indusval Financiamentos 0,950% 12% 24 meses - 1.482	
2	2020 não existiam ativos financeiros mensurados ao valor justo. As compras e	Banco BNDES Financiamentos 1,43% 19% 48 meses 79 78	
2	as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de nego-	79 1.638	
3	ciação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o	Passivo circulante 32 1.591	
)	ativo. Os ativos financeiros são baixados guando os direitos de receber fluxos	Passivo não circulante 47 47	
,	de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste	79 1.638	
Э	último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente,	Em 30 de novembro de 2021, a Companhia liquidou o empréstimo com o Ban-	
9	todos os riscos e os benefícios da propriedade. (b) Ativos financeiros men-	co Indusval. O cronograma de pagamento das parcelas remanescentes dos	S
s	surados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos pela Compa-	demais empréstimos e financiamentos terá os seguintes vencimentos:	
s	nhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não	<u>2021</u> <u>2020</u>	
3	para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contra-	2021 - 1.591	
-	tuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam,	2022 32 47	
a	exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em	2023 47 -	
0	aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa e contas a re-	79 1.638	
	ceber de clientes. Suas variações são reconhecidas no resultado do período,	13. Arrendamentos a pagar: a. Movimentação arrendamentos a pagar	
s	na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do	<u>2021</u> <u>2020</u>	
a	resultado obtido. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A	Arrendamentos mercantil em 1º de janeiro 1.553 1.690	
)	Companhia avalia nas datas do balanco se há alguma evidência objetiva que	Novos contratos / remensuração 506 221	
)	determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperá-	Juros provisionados 184 148	
à	vel. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como	Pagamentos (639) (506)	J
0	não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de	Arrendamentos mercantil em 31 de dezembro 1.604 1.553	
5	recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham aconte-	Passivo circulante 588 383	
-	cido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido)	Passivo não circulante 1.016 1.170	
١,	e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do	Os vencimentos do saldo dos arrendamentos não circulante estão demonstra-	-
é	ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmen-	dos como segue:	
-	te estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir	2022 - 429	
a	indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por	2023 658 480	
	um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as	2024 358 261	
	mesmas irão entrar em falência ou em outro tipo de reorganização financeira,	1.016 1.170	
	"default" ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicado-	Para mensurar o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou para cálculo	
	res de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mu-	a taxa incremental de juros baseado no último contrato de empréstimo do ano)
	danças em vencimento ou condição econômica relacionadas com "defaults".	de 2019, que resultou na taxa média de 12,00% a.a.	
	(c) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Passivos	14. Obrigações trabalhistas <u>2021</u> <u>2020</u>	
	financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de emprés-	INSS a recolher 201 95	
	timos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente	FGTS a recolher 93 71	
	relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores,	Contribuições a recolher - 2	
	arrendamentos a pagar e empréstimos e financiamentos. Mensuração sub-	Férias a pagar 983 946	
	sequente: Anós reconhecimento inicial empréstimos e financiamentos sujei-	Outros 117 -	

1.394

1.114

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Metódo Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
illidos enii 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em		2021		
luxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(1.377)	(2.035)	
Ajustes de				
Depreciação e amortização	8 e 9	2.941	3.214	
Depreciação arrendamento	11	409	390	
uros sobre arrendamento	11	184		
Provisão de despesas		-	431	
Perda por redução ao valor recuperável	5	75	135	
Provisão p/riscos tributários, cíveis e trabalhistas/outra	as	2	94	
		2.234	2.378	
Aumento)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(867)	(68)	
ributos a recuperar		(434)	(319)	
Outros créditos		(89)	143	
Adiantamentos		(1.816)	(49)	
		(3.206)	(293)	
Aumento/(redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar		1.226	(494)	
Obrigações trabalhistas		280	(43)	
Obrigações tributárias		2	116	
Receitas diferidas		7.885	1.403	
Outros passivos		(545)	(356)	
		8.848	626	
Caixa gerado pelas operações		7.876	2.711	
Pagamento de IRPJ e CSLL		(121)	(189)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiame	ntos	(118)	(71)	
Pagamento de juros sobre arrendamentos mercantis			(148	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionai	is	7.453	2.303	
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(933)	(1.293)	
luxo de caixa aplicado nas atividades de investin	nento	(933)	(1.293)	
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(1.441)	(920)	
Pagamento de arrendamento mercantil		(455)	(358)	
Caixa líquido aplicado nas ativ. de financiamentos	•	(1.896)	(1.278	
Aumento (redução) líquida de caixa e equiv. de caixa		4.624	(268	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.107	1.375	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.731	1.107	
Aumento (redução) líquida de caixa e equiv. de caixa		4.624	(268)	
As notas explicativas da Administração são p	arte inte	arante		

IS a recolher	9	16		
SS a recolher	57	51		
ISS s/ faturamento a recolher	89	114		
utros	-	5		
	304	423		
5. Receitas diferidas: A prestação de serviços envo- empenho da Companhia em face da tarefa estabele ser executada ao longo de um período estabelecido erviços podem ser prestados dentro de um ou mais piera receitas provenientes da utilização e implementaç- ientes. A Companhia fornece acesso ao seu software	ecida contrato entre as par eríodos. A Co ão de softwar	ualmente rtes. Tais mpanhia re a seus		
a que são diferias e reconhecidas proporcionalmente durante o período de pscrição. Os faturamentos antecipados são incluídos na receita diferida, que				
então reconhecida nos anos subsequentes proporcior	almente aos	períodos		
e execução. Para outros serviços, a Companhia reconh	ece a receita	em base		
near durante o prazo previsto no contrato.	2021	2020		
enos de um ano	4.569	2.379		
ntre um e dois anos	4.596	-		
cima de dois anos	123	-		
	9.288	2.379		
assivo circulante	4.569	2.379		
assivo não circulante	4 719	_		

das demonstrações financeiras

. Obrigações tributárias

19. Receita operacional líquida

7. Provisão para demandas judiciais: No decorrer dos exercícios encer-ados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os assessores jurídicos da Comanhia atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua istódia. Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na pinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de ma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos ara a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, cujo montante total em 31 de dezembro de 2021 R\$ 97 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2020). **Perdas possíveis:** A Companhia possui um processo judicial em andamento que está provisionado, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível, cujo total em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 139 (R\$ 246 em 31 de dezembro de 2020). **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social subscrito e integralizado:** O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 17.938, dividido em 16.352.693 ações, sendo 6.821.031 ações ordinárias, 3.085.379 ações preferenciais classe "A".
4.028.927 ações preferenciais classe "B", e 2.417.356 ações preferenciais classe "C", todas nominativas, sem valor nominal.

Receita de prestação de serviços de software	29.318	25.363
(-) COFINS	(848)	(731)
(-) PIS	(184)	(158)
(-) ISS	(867)	(719
(-) INSS sobre o faturamento	(1.271)	(1.097)
	26.148	22.658
20. Despesa por natureza	2021	2020
Pessoal	(14.929)	(11.723)
Agregados e terceiros	(797)	(1.781)
Serviços prestados por terceiros	(1.342)	(729)
Gastos com infraestrutura e ocupação	(272)	(507)
Depreciações e amortizações	(3.350)	(3.569)
Auditoria, assessoria e consultoria	(333)	
Propaganda e publicidade	(138)	(116)
Licenças de softwares		(2.105)
Serviços de hospedagem em nuvem	(2.512)	(1.294)
Venda de imobilizado	-	32
Perdas	(16)	(285)
Outros	(819)	(1.172)
	(27.108)	(23.759)
Função da despesa		
Custos dos serviços prestados	(16.509)	(18.070)
Despesas gerais e administrativas	(10.415)	(5.585)
Outras despesas, líquidas	(184)	(104)
	(27.108)	(23.759)
21. Resultado financeiro líquido	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação	128	5
Variações monetárias ativa	23	98
Juros ativos	2	29
Descontos obtidos	64	89
	217	221
Despesas financeiras		
Juros passivos	(177)	(280)
Juros com arrendamentos	(184)	(187)
Descontos concedidos	-	(40)
Impostos e taxas	(86)	(233)
Variações monetárias passiva	(66)	(226)
	(513)	(966)
Resultado financeiro líquido	(296)	
22. Gerenciamento de risco e instrumentos financei	ros: (a) G	estão de

risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando quando necessário instrumentos financeiros para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco financeiro é realizada pela área financeira da Companhia a qual identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio. a.1) Risco de mercado: A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. i) Risco cambial: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. ii) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e os financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas de forma atrelada à variação do CDI pós-fixado e os empréstimos e financiamentos são corrigidos com base taxa pré-fixada, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. a.1) Risco de crédito: A Administração da Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações finan ceiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira li-nha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a suas contas a receber, a Administração da Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base de clientes já recorrentes e de análises de crédito preliminar dos potenciais clientes, a.2) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. (b) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. (c) Valores de mercado: Em 31 de dezembro de 2021, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamen tos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes" Fevalores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes". Es-tima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas. Tendo em vista que a Companhia possui operações irrelevantes atreladas a taxas de câmbio e que os riscos relacionados a taxas de juros não são significativos, a Administração não está apresentando a análise de sensibilidade a estes fatores. 23. Cobertura de seguros (não auditado): Os valores segurados são determinados e contratados pela Administração da Companhia em bases técnicas que contemplam o valor máximo possível de sinistro em um mesmo evento e são suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes desses sinistros como bens do ativo. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria sobre as demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. 24. Eventos subsequentes: Em 21 de janeiro de 2022, foi deliberado a redução de Capital da Companhia no monta de R\$6.425, passando de R\$ 17.938 para R\$ 11.513, para a absorção dos prejuízos acumulados. Adicionalmente, redução desproporcional do capital social da Companhia, em razão do mesmo ser excessivo, nos termos dos Artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, passando de R\$11.513 para R\$ 6.646, com o consequente cancelamento de 2.924.264 Ações Ordinárias. Dionaldo Arnoldo dos Passos - Diretor Presi

Wellington Rodrigo Bezerra - Contador - CRC SP 248319 O9

(*)

valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e los a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, util

(*) Conforme prazo contratual. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os sequente: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujei-

MOBI ALL TECNOLOGIA S.A. - CNPJ nº 11.272.329/0001-28 Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Mobi All Tecnologia S.A.. Opinião: Examinamos as demonstrações mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as cor-respondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elu-cidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobi All Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcifinanceiras da Mobi All Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em do de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria en responsa de auditoria en resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria ex Helatono da Administração, somos requeridos a comunicar esse tato. Nao temoças nacia a reistar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos de distorção relevante para a auditoria para planejarmos procedimentos de aud oezempro de 2027, o desempenno de suas operações e os seus fluxos de cauxa para o pinião. Na valiamos a decluação das pointifaces contabeis adotadas no Brasil. **Base para o pinião**. Ossa auditoria de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil **Base para o pinião**. Ossa auditoria de companhia continuar tivas contábeis adotadas no Brasil. **Base para o pinião**. Ossa auditoria de administração é responsável pela auditoria das demonstração e insponsável pela auditoria das demonstrações financeiras, a mão ser que a administração de seponsável pela que a evidências de ou so dessa base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de ou so dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a mão ser que a administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de ou so dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a mão ser que a administração, da base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a daministração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, ou so, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, ou so, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, ou so, pela administração, da base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a mão ser que a administração, da base contábil de continuidade operacional e, ou so, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e uso, pela administração das demonstrações financeiras, a mão ser que a administração. de sexiste incerteza relevante en relação a capacidade de relação à capacidade de relação é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores**obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de correspondentes ao exercício interior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o correspondentes ao exercicio anterior: O exame das demonstrações inanceiras do exercicio indicade de outros de ademonstrações inanceiras do exercicio anterior: O exame das demonstrações inanceiras do exercicio indicade de outros auditores indicades auditoria a routros auditorias indicades auditoria a routros auditores indicades auditoria auditoria a routros auditorias auditorias auditoria a routros auditorias auditorias auditoria auditoria contendor au não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a ções financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e interna-sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022. PricewaterhouseCooauditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da equitoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da equitoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional e mantemos

nanceiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

Ata da reunião do conselho de administração realizada em 15 de março de 2022 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o nº 161.242/22-4 em 29/03/2022 Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Pirapora Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-62 - NIRE 35.300.48.401-Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária Ficam os senhores acionistas da Piranora Agronecuária S/A convocados a se reunirem em Assemble

Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de abril de 2022, com início às 0.900 horas, na sede socia da Companhia, situada na Av. Brig. Luís Antônio, nº 2.344, 13° andar, em São Paulo - SP, a fim de 1) Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021: 2) Fixar o limita de valor da remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Consultivo para o exercício social de 2022; e 3) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 06/04/2022. Márcic Koiti Takiguchi - Diretor Presidente

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054 CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 29.4.2022, às 10 horas para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "(i) deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2021; (ii) deliberar sobre a destinação Compannia referentes ao exercicio social indo em 31.12.2021; (II) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercicio social findo em 31.12.2021; e (iii) deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores". Enquanto perdurar a pandemia do COVID-19 a Companhia continuará a priorizar a saúde e a integridade física de seus acionistas e colaboradores. Por essa razão, a forma de realização desta assembleia ora convocada será virtual. Os dados confidenciais para acesso à plataforma Teams serão enviados por e-mail a todos os acionistas. Henrique Souza e Silva Peretto - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirescuença, 4 de párida 2023. Companhia. Pirassununga, 4 de abril de 2022

ZYZ Participações S.A. - (Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima
Realizada em 29 de Novembro de 2021
Hora, Data, Local e Presença: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro de 2021, às 08:00 (oito) horas, no
Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711 001, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da ZYZ Participações S.A. ("Companhia"), subscritor la totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **Mesa**: Por indicação dos presentes, foi escolhida Pau-ina Klayn para presidir os trabalhos, que convidou Marcelo Nadur Vasconcellos para secretariá-la. **Ordem do Di** i Constitução da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (ii) Aprovação do Estatuto Social da Com-panhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações**: (i) Constituída a mesa, o Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatut Social da **ZYZ Participações S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qui integra a presente ata na forma de <u>Anexo. J.</u> (jí) De acordo com os Boletins de Subscrigão, os quais integram a presen te ata na forma de <u>Anexo II</u>, o capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias inativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Presidente que o valor correspondente a 10% dez por cento) do capital social subscrito iá se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em m da corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº 6.404/76, que o depósito referido no incis III do art. 80 da Lei Federal nº 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Ter ninada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalva u oposições, esclarecendo o Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legai estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará soba denomina-ção social de **ZYZ Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram os Diretores da Com-panhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2024, permitida a reeleição nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) **Paulina Klayn**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédu la de Identidade RG 3.055.423-8 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 031.662.018-15, com domicilio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de <u>Diretora Presidente</u> da Compa-nhia; e (b) **Marcelo Nadur Vasconcellos**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 23.850.159 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 157.271.168 55, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de <u>Diretor Vice-Presidente</u> da Companhia. Os membros da Diretoria ora eleitos assinam neste ato os respectivos Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do <u>Ane-</u> xo III, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no pra o de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto o Cumilo Juas Segunites Contados da realização da presente Assentiblea, em Conformadae Con lo disposo circo coarágrafo 1º do Artigo 140 de Lei nº 6.404776. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em As embleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. <u>Declarações:</u> Os Diretores eleitos de clararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76, que não estão in ursos em nenhum crime que os impecam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constant cuisos em inemiuni nelle que os impezan de exerce autorador intercanto, como intercerarques expressa constanto nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. <u>Encerramento:</u> Terminada a eitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se mani-estou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Acionistas Preentes: (i) Paulina Klayn; (ii) Marcelo Nadur Vasconcellos. Membros da Diretoria Eleitos Presentes: (i) Paulina Klayn; (i <u>isentes, (y radina Kiayir, (i) Maricelo vadur dascurientos, meniotos da Directivos presentes, (y radina Kiayir,</u> Marcelo Nadur Vasconcellos. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro prúprio. <mark>Mesa: Paulina Klayn (Presidente)</mark> Marcelo Nadur Vasconcellos (Secretário). <u>Visto do advogado:</u> Pablo Nunes Pal Singh Nain - OAB/SP 372.320. JUCESF NIRE nº 3530058629-8 em 10.02.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

APOLLO HOLDING S.A. - (Em Organização) ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2022 HORA, DATA, LOCAL E PRESENÇA: Aos 7 (sete) dias do mês de fevereiro de 2022, às 08:00 (oito) horas, no Mun

o, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986, ci. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001 reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Apollo Holding S.A.** ("<u>Companhia</u>"), subscritores da tota-lidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. **MESA:** Por indicação dos presentes, foi escolhido Helio Anto-nio Cortez para presidir os trabalhos, que convidou Eliseu Caires Costa para secretariá-lo. **ORDEM DO DIA:** (i) Cons ituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Con e (iv) Eleição dos membros da Diretoria. DELIBERAÇÕES. (i) Constituída a mesa, o Presidente, apos verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto So cial da **Apollo Holding S.A.**, já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes, o qual in egra a presente ata na forma de <u>Anexo I</u>; (ii) De acordo com os Boletins de Subscrição, os quais integram a present ata na forma de Anexo II. o capital social de R\$ 1 000 00 (mil reais), será dividido em 1 000 (mil) acões ordinárias no ada na forma de <u>Alexeu i,</u> o Capital social de N3 1.000,00 (film leah), sela dividido em 1.000 (milh acpes ofdinanas in minativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Presidente que o valor correspondera a 10% (de por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moed corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art. 81 da Lei Federal nº 6.404/76, que o depósito referido no inciso 1 do art. 80 da Lei Federal nº 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terr nada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sens sposições, esclarecendo o Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades l ava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a deno social de **Apollo Holding S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram os Diretores da Companhia odos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025, permitida a reeleição, nos ter icolos com indicidad de la Asseniblea detal Ordinalira a sei realizada fio año ez 2025, permituda a recierçad, ios mos do Estatuto Social da Companhia: (a) **Helio Antonio Cortez,** brasileiro, viúvo, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 2.724.494-5 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME sob o nº 053.743.168-34, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Migliano, n° 1986, cj. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de <u>Diretor Presidente</u> da Companhia e (b) **Eliseu Caires Costa**, brasileiro, solteiro, maior e capaz, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 66.885.265-3 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o r 065.185.875-55, com domicilio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Luiz Miglia no, nº 1986, ci. 1618, Jardim Caboré, CEP 05711-001, para ocupar o cargo de <u>Diretor Vice-Presidente</u> da Companhi Os membros da Diretoria ora eleitos assinam neste ato os respectivos Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do <u>Anexo III</u>, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria d Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidad com o disposto no parágrafo 1° do Artigo 149 da Lei n° 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **DECLARAÇÕES:** O Diretores eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76 que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações pressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. ENCERRA MENTO: Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer usc o ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro própi nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presen tes, a saber: <u>Acionistas Presentes</u>: (i) Helio Antonio Cortez; (ii) Eliseu Caires Costa. <u>Membros da Diretoria Eleitos Pre</u> <u>sentes:</u> (i) Helio Antonio Cortez; (ii) Eliseu Caires Costa. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. <u>Mesa</u> onio Cortez (Presidente), Eliseu Caires Costa (Secretário). <u>Visto do advogado:</u> Pablo Nunes Pal Singh Nain OAB/SP 372.320. JUCESP NIRE nº 3530058658-1 em 15.02.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SIJOBE ADMINISTRACAO DE BENS E PARTICIPACOES S.A. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021(Em reais)

		Descrição	Valor
ATIVO	30.437.447,36	Receitas Brutas	23.016.687,10
ATIVO CIRCULANTE	28.420.625,44	RECEITA VENDA DE IMOVEIS RECEITAS DE ALUGUÉIS	19.000.000,00 4.016.687,10
DISPONÍVEL	1.387.891,15	Deduções	(840.109,10)
BANCOS CONTA MOVIMENTO	386,60	(-) PIS	(84.608,47)
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.387.504,55	(-) COFINS (-) PIS S/ RECEITA DIFERIDA	(390.500,63) (65.000,00)
CLIENTES	10.000.000,00	(-) COFINS S/ RECEITA DIFERIDA	(300.000,00)
CLIENTES	10.000.000,00	= Receita Líquida	22.176.578,00
ESTOQUES	16.927.230,29	Custos (-) CUSTOS DOS IMOVEIS VENDIDOS	(2.847.260,04) (2.847.260,04)
TERRENOS DESTINADOS A VENDA	3.582.505,85	= Lucro Bruto	19.329.317,96
		Despesas Administrativas	(145.341,71)
IMOVEIS DESTINADOS A VENDA	13.344.724,44	SALÁRIOS E ORDENADOS PRÓ-LABORE	(48.418,37) (26.400,00)
OUTROS CRÉDITOS	105.504,00	AVISO PREVIO/INDENIZAÇÃO	(4.819,58)
CRÉDITOS DIVERSOS	105.504,00	13º SALARIO FÉRIAS	(5.020,39) (6.389,64)
		OUTRAS DESPESAS C/ PESSOAL	(1.816,02)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.016.821,92	FGTS	(22.557,38)
IMOBILIZADO	1.465.760,14	INSS PATRONAL INSS OUTRAS ENTIDADES	(15.886,25) (3.534,08)
IMOBILIZADO	1.514.840,57	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	(10.500,00)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(49.080,43)	Despesas Financeiras	(2.649,86)
INVESTIMENTOS	551.061,78	DESPESAS BANCARIAS JUROS/ MULTA	(2.336,05) (313,81)
INVESTIMENTOS	551.061,78	Despesas Gerais	(692.278,88)
		CONDOMÍNIO	(389.477,24)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.437.447,36	SEGURO DE INCÉNDIO MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS	(10.936,74) 139.791,11
PASSIVO CIRCULANTE	803.393,79	ÁGUA, GÁS E ESGOTO	(337,44)
FORNECEDORES	2.200,00	DESPESAS COM CARTÓRIOS	(6.210,63)
FORNECEDORES	2.200,00	ENERGIA ELÉTRICA TELEFONE E INTERNET	(24.644,24) (16.213,55)
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2.640,00	ASSESSORIA CONTÁBIL	(28.600,00)
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	1.958,00	ASSESSORIA JURÍDICA - PJ	(165.668,44)
ENCARGOS SOCIAIS	682,00	ASSOCIAÇÕES MÉDICAS ESTACIONAMENTOS E PEDÁGIOS	(168.947,10) (6.998,85)
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	682.380,07	DESPESA COM VEÍCULOS	(9.132,23)
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	15.380,07	DOAÇÕES GASTOS DIVERSOS	(408,00) 15.342,25
TRIBUTOS FISCAIS DIFERIDOS	667.000,00	PRÊMIOS DE SEGURO	(8.587,78)
TRIBUTOS FISCAIS DIFERIDOS	667.000,00	ASSOCIAÇÕES E SINDICATO	(11.250,00)
IRPJ E CSLL A PAGAR	116.173,72	Despesas Tributárias IPTU	(242.647,03) (104.212,21)
IRPJ E CSLL A PAGAR	116.173,72	IPVA	(45.065,66)
PROVISÕES	0,00	IMPOSTOS E TAXAS	(93.196,22)
PROVISÕES	0,00	IOF S/ APLICAÇÃO Outras Despesas Operacionais	(172,94) (226.161,18)
DIVIDENDOS A PAGAR	16.000.000,00	VALOR LIQUIDO DE BENS BAIXADOS	(77.557,00)
DIVIDENDOS A PAGAR	16.000.000,00	RESULT. REGATIVO PARTICIP. SOCIETÁRIAS Receitas Financeiras	(148.604,18) 101.947,14
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	7.034.697,27	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	101.947,14
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.034.697,27	Outras Receitas Operacionais	902.205,27
EMPRESTIMOS - PARTES RELACIONADAS	6.419.747,27	RECEITA VENDA DE IMOBILIZADO RESULT. POSITIVO PARTICIP. SOCIETÁRIAS	15.000,00 887.205,27
OUTRAS OBRIGAÇÕES LP	614.950,00	= Lucro Operacional	19.024.391,71
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.599.356,30	= Lucro Contábil Líq. antes da Contribuição Social	19.024.391,71
CAPITAL INTEGRALIZADO	1.922.754,00	Contribuição Social DESPESAS DE CSLL	(324.500,24) (216.500,24)
CAPITAL INTEGRALIZADO	1.922.754,00	CSLL S/ RECEITA DIFERIDA	(108.000,00)
RESERVAS DE CARITAL	4.078.350,78	= Lucro Contábil Líq. antes do Imposto de Renda	18.699.891,47
RESERVAS DE CAPITAL	4.078.350,78	Imposto de Renda DESPESAS DE IRPJ	(681.389,55) (487.389,55)
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	598.251,52	IRPJ S/ RECEITA DIFERIDA	(194.000,00)
LUCROS OU PREJUÍZOS ANOS ANTERIORES		= Lucro	18.018.501,92
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	18.018.501,92	= Lucro Líquido do Período	18.018.501,92
		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRII	MÔNIO LÍQUIDO
DESCRIÇÃO		CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO RE	ESERVAS DE CAF
SALDO EM 31/12/2020		1.922.754,00	4.078.3

1.Contexto operacional A empresa SIJOBE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÕES S.A, é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social atividades holdings de instituições não-financeiras, compra e venda de imóveis próprios, gestão e administração da propriedade imobiliária, aluquel de imóveis próprios com início de atividades em 11/01/2003. 2. Apresentação das demonstrações financeiras As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas com observação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade. 3. Principais práticas contábeis As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: 3.1 Apuração do resultado do exercício As contas que afetam o resultado do exercício são contabilizadas pelo regime de competência do exercício, independentemente da movimentação financeira efetiva relacionada com as respectivas transações 3.2 Caixa e equivalentes de caixa Os saldos incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários que inclui aplicações financeiras automáticas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, título de capitalização e não estão sujeitas a um risco significante de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado. 3.3 Ativo circulante e não circulante A conta a receber de clientes corresponde a venda Imóvel AL. MARACATINS 99 - conforme escritura de compra/ e venda/permuta LIVRO Nº 3211 PÁG. 227/232 E 233/244 registrado em cartório, está demonstrada pelo valor conhecido ou calculável até a data do balanço patrimonial, quando aplicável é acrescido dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias. A mesma, Os estoques estão avaliados pelo custo de aquisição. 3.4 Investimentos A empresa tem participação na FLEX PARQUE EMPRESARIAL SPE LTDA com 20% do capital social. 3.5 Imobilizado Estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, que levam em consideração o tempo da vida útil estimado dos bens, que são revisados e ajustados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. 3.6 Passivo circulante e não circulante Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos até a data do balanço patrimonial. Sendo que, dos valores demonstrados o total de créditos R\$ 4.000.000,00 corresponde a dividendos a pagar para os sócios. 3.7 Impostos, obrigações sociais e trabalhistas Representam os tributos e contribuições devidos pela Entidade sobre Receita de Aluguel de Bens Próprios Receitas financeiras e folha de pró-labore 3.8 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro A SIJOBE e optante do lucro presumido em 2021 e apura os encargos tributários pelo regime caixa. Ela obteve Receita de Aluquel de Bens Próprios e foi apurado imposto de renda e a contribuição social sobre estas receitas. 3.9 Patrimônio Líquido O capital social é de R\$1.922.754,00 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta quatro reais), dividido em 1.768.934(um milhão, setecentos e sessenta e oito mil, novecentas e trinta e quatro) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

LUCROS OU <u>DE CAPITAL</u> <u>PREJUIZOS ACUMULADOS</u> 4.078.350.78 409.395.60 TOTAL 6.410.500,36 18.018.501,92 -17.829.646,00 1.922.754,00 RESULTADO DO EXERCÍCIO DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS SALDO EM 31/12/2021 18 018 501 92 1.922.754,00 4.078.350,78

Drausuisse Brasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes S.A.

CNPJ 31.180.635/0001-41 - NIRE 35.300.534.581

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Fevereiro de 2022

Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro de 2022, às 15:00 horas, na sede da Draus rasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes S.A., localizada na Av. Portugal, 46, Mód lo 12, Itapevi, São Paulo, CEP 06696-090 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Convocação dispensada er face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos dos parágrafos 3º 4º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia. Os membros do Conselho de Administração participaram da reuniã por meio de video conferência, nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa** Evandro Luiz Coser: **Presidente da Mesa**; e Orlando Machado Junior: **Secretário da Mesa. 4. Ordem do Jo** Deliberar acerca da reelejão dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Discussões e deliberações:** Os membro do Conselho de Administração da Companhia, deliberaram e aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou posições, a reeleição do Sr. **Luiz Fernandes Ghiggi,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula d posições, a recietição do si. **Luiz Friantices Simply,** inasiento, acasou, erigenieno inecanico, portador da Cedual Rentidade RG nº 6016659291, inscrito no CPF 245.629.470-04, residente e domiciliado na Rua Amélia Teles, 147, Ap 01, Petrópolis, Porto Alegre/RS, para o cargo de Diretor Presidente, e do Sr. **Paulo Fonseca Barcellos**, brasileiro, ca-ado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 60.566.41, inscrito no CPF 010.407.808-14 idente e domiciliado na Avenida Diógenes Ribeiro de Lima, 2170, Apto 2014, CEP 05458-905, para o cargo de Dire esidente e dominiamo na Avenina brugenes nubero de Linia, 2170, Apid 2014, CET 03-136-350, para o Cargio de Vi or sem designação específica, ambos para mandato de 02 (dois) anos, nos termos do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, a contar desta data, observadas as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia, notadament is atribuições específicas previstas no Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia. **6.** Os Diretores ora reeleitos são in estidos e tomam posse nos respectivos cargos por meio da assinatura dos respectivos termos de posse, pelos quai eclaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial u em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob efeitos de pena que vede, ainda que temporaria nente, o seu acesso a cargos públicos, ou que tenham sido apenados por crime falimentar, de prevaricação, peita o orno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra no efesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, **7. Encerramento**: Nada ma avendo a ser tratado, o Presidente do Conselho de Administração ofereceu a palavra a quem dela quiesses fazer usc , como ninguém a pediu, declarou suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida provada e por todos os presentes assinada. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Evandro** Luiz Coser - Presidente da Mesa; **Ércio Miguel Nema** - Secretário da Mesa. **Membros do Conselho de Admi nistração presentes: Evandro Luiz Coser** Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **Orland Machado Junior** Membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; **Ércio Miguel Nema** - Membro fetivo do Conselho de Administração da Companhia, Fábio Assis Pinto Membro efetivo do Conselho de Admin ração da Companhia: **Paulo Cezar da Silva Nunes -** Membro independente do Conselho de Administração d o Companhia. **Directores reeleitos: Luiz Fernandes Ghiggi** - Director Presidente; **Paulo Fonseca Barcellos** - Directores reeleitos: **Luiz Fernandes Ghiggi** - Director Presidente; **Paulo Fonseca Barcellos** - Director Sem Designação Específica. JUCESP nº 159.119/22-4 em 25.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Drausuisse Brasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes S.A.

CNP//ME: 31.180.635/0001-41 - NIRE nº 35.300.534.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18 de Fevereiro de 2022

Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro de 2022, às 10:00 horas, realizada a Assembleia Ge ral Extraordinária da Drausuisse Brasil Comércio e Locação de Unidades Hidráulicas Inteligentes S.A com sede localizada na Avenida Portugal, nº 46, Centro Logístico Itapevi 2, Módulo 12, Itapevi, São Paulo, CEP 06.696 060 ("Companhia"), por meio digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, d conodo que os votos foram realizados mediante atuação remota dos Acionistas, conforme abaixo mencionados. **Con-**vocação: Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4°, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presenza de todos os acionistas da Companhia. **Presenças:** Estiveram presentes todos os Acionistas da Companhia representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme demonstra Lista de Presença anexa à presente Ata (Anexo I). Mesa: Orlando Machado Junior: Presidente da Mesa; e Ércio Miguel Nema: Secretário da Mesa. Or lem do Dia: Deliberar acerca da composição do Conselho de Administração da Companhia, mediante a reeleição os membros do Conselho de Administração da Companhia. Deliberações: Posta em discussão a única materia videm do Dia, os Acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade sem oposições, aprovaram a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do rtigo 5°, III c/c Artigo 7° do Estatuto Social, a saber: Evandro Luiz Coser, brasileiro, casado, empresário, portado a carteira de identidade RG nº 212.678 SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 416.958.287-04, residente e domicilia o na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 925, 5º andar, Cerqueir esan, CEP 01311-100, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração: **Orlando Machado Junior**, brueite leiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 7.341.188-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o r 884.617.698-72, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereco comercial na Av ios.617.059-72, lestuente e doministración la citada de Sad Paído, Estado de Sad Paúlo, Comi entienezo Comientaria Augustia, nº 925, 5º andar, Cerqueira César, CEP 01311-100, <u>para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração</u>; **Ércio Miguel Nema**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 18.047.699-3. nscrito no CPF/ME sob o nº 050.502.298-20, residente e domiciliado na Cidade de São José dos Campos, Estado de ão Paulo, na Avenida Nove de Julho, 34, apto. 52, Jardim Apolo, CEP 03126-007, <u>para o cargo de membro efetivo do conselho de Administração</u>; **Fábio Assis Pinto**, brasileiro, advogado, casado, portador da Cédula de Identidade RG. º 44.042.900-6, inscrito no CPF/ME sob o nº 333.352.408-20, com domicílio comercial na Cidade de São José do mnos Estado de São Paulo na Rua Renedito Osvaldo Lecques nº 51, sala nº 802, Parque Residencial Aquárius CEP -ampos, estado de ano talon, in dio efrectivo dos Conselho de Administração; e **Paulo Cezar da Silva Munes**, bras 2246-021, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; e **Paulo Cezar da Silva Munes**, bras eiro, casado, empresário, portador da Célula de Identidade RG n.º 700.056.905-8 SSP/RS e inscrito no CPF/ME sob n 85.816.920-87, residente e domiciliando na Cidade de Porto Alegra, Estado do Rio Grande do Sul, com escritório n ua Engenheiro Olavo Nunes, nº 99/203, Bela Vista, CEP 90440-170, <u>para o cargo de Membro Independente do Con</u> pelente de Administração da Companhia; todos com mandatos vigentes por 30 (três) anos, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social da Companhia; todos com mandatos vigentes por 30 (três) anos, nos termos do Artigo 10º do ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, ficando vagos os cargos de suplentes dos membros ora ree-eitos. Os Conselheiros ora reeleitos tomam posse mediante assinaturas dos respectivos termos de posse, declarando não estarem impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação iniminal, ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públi-os, ou que tenham sido apenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou ontra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as elações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a presente Ata ida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Orlando Machado Junio; **Se**retário da Mesa: Ércio Miguel Nema. Acionistas: Drau Participações Ltda., p.p. Guilherme Gomes Batista; e Coime dimentos e Participações Ltda., p.p. Orlando Machado Junior e José Alfredo de Freitas. Certifico que a presei e Ata confere com a original lavrada no livro próprio da Companhia. Mesa: **Orlando Machado Junio**r - Presiden e da Mesa, **Ércio Miguel Nema** - Secretário da Mesa. Acionistas: **Drau Participações Ltda.** Guilherme Gome atista, **Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.** Orlando Machado Junior e José Alfredo de Freitas. JU CESP nº 159.118/22-0 em 25.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F1A7-9AAE-E1B5-4201 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F1A7-9AAE-E1B5-4201



Hash do Documento

11A022E58CA6635C9CF9697885C8E32108C71183E36BC01834406C4B76F5D391

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 08/04/2022 05:58 UTC-03:00
Tino: Cartificado Digital AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

